

A Classe Operária

Ano 69-6ª Fase-nº 111 - 27 de setembro a 10 de outubro de 1993-Cr\$ 150,00



ÓRGÃO CENTRAL DO PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL

KIEV-REUTER



GOLPE NA RÚSSIA

Boris Yeltsin deu mais um golpe de Estado e fechou o Parlamento contando com o apoio dos países imperialistas.

PÁGINA 13



Entidades protestam contra a revisão

FOLHA IMAGEM/MÁRCIO ARRUDA



Deputados progressistas tentam obstruir início da revisão constitucional

FOLHA IMAGEM/MÁRCIO ARRUDA

DEFESA DA CONSTITUIÇÃO SACODE O CONGRESSO

PÁGINAS 8 E 9

SUPLEMENTO

PCdoB apresenta PROJETO DE PROGRAMA SOCIALISTA PARA O BRASIL



CDM

Centro de Documentação e Memória
Fundação Maurício Grabois

Cartas

Resumo

13/9. segunda

Anunciado o lucro dos 11.198 bancos dos EUA no primeiro semestre de 93, US\$ 21,2 bilhões, segundo dados do Federal Deposit Insurance Corporation. Isso representa um aumento de 32% sobre o mesmo período de 92. São lucros recordes conseguidos principalmente com compras dos papéis do Tesouro norte-americano e com o rendimento dos empréstimos ao exterior. Os empréstimos industriais e comerciais dentro dos EUA estão US\$ 10,5 bilhões abaixo de 92.

14/9. terça

O modelito mexicano continua fazendo água. O país mergulhou na recessão. A concorrência estrangeira está atingindo duramente os agricultores que devem aos bancos nada menos que US\$ 4 bilhões, na maior crise do setor agrícola dos últimos 50 anos. No México 30% da população de 85 milhões de habitantes tira o seu sustento das atividades agrícolas. A consequência é que os bancos estão se apossando das terras dos produtores rurais.

14/9. terça

O consulado-geral de Angola no Rio de Janeiro divulgou um comunicado sobre a situação interna daquele país denunciando a Unita de Jonas Savimbi que tem rompido as resoluções do Conselho de Segurança da ONU e continua bombardeando várias regiões. A guerra em Angola já tem mais de 20 mil mortes.

15/9. quarta

O ministro das Relações Exteriores brasileiro, Celso Amorim disse esperar que o governo israelense "no mesmo espírito que presidiu a aproximação com os palestinos", liberte a brasileira Lâmia Hassan que cumpre pena de prisão perpétua sob a alegação de ter participado de um atentado contra um soldado israelense. A libertação de Lâmia, que vem sendo reclamada pelo movimento progressista brasileiro ganha dessa maneira um novo impulso.

17/9. sexta

O Departamento de Comércio dos EUA anunciou que o déficit na balança comercial americana de janeiro a julho atingiu US\$ 67 bilhões. Já o déficit no balanço de pagamentos chegou a US\$ 49,24 bilhões no mesmo período, o maior dos últimos quatro anos.

Pobreza se espalha na América Latina

Divulgado no dia 21 de setembro relatório do Banco Mundial para a América Latina. Em termos percentuais a população pobre composta pelas pessoas que ganham menos que US\$ 60 por mês, é hoje de 32%, quando em 1980 era 22%. O Brasil entra com destaque nessa conta; tem 33% da população total e 40% da produção da região mas aqui vivem 44% dos pobres do continente. Segundo a Cepal (órgão da ONU) a dívida externa acumulada da América Latina em 1992 atingiu US\$ 438 bilhões e deverá crescer mais 6% em 93. O déficit comercial da região chegará este ano aos US\$ 14 bilhões devido a queda nos preços das exportações pelo terceiro ano consecutivo.

17/9. sexta

A Daimler-Benz, o maior grupo industrial da Alemanha anunciou que nos seis primeiros meses deste ano teve um prejuízo de US\$ 593 milhões e que até o final de 94 vai demitir 35 mil trabalhadores. Tais números revelam com limpidez a gravidade da crise na Alemanha.

19/9. domingo

Francisco Urbano presidente da Contag - Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura - reafirmou em entrevista a proposta de que os camponeses do Nordeste se organizem para conseguir alimentos. Por causa de sua proposta Urbano foi interpelado pelo Ministro da Justiça e ameaçado de ser processado. "Pegar alimento onde ele estiver para matar a fome não é crime nem violência. Violência é a fome e a miséria causados pelas autoridades e poder público - as elites nordestinas olhando vergonhosamente o povo morrendo de fome e esperando a eleição no ano que vem para prometer e pedir voto. Isso é crime", assessorou Urbano.

20/9. segunda

Condenado o cantor e compositor Chico Buarque de Holanda a pagar 2,5 salários mínimos pelo fato de ter acusado de "dedo-duro" o empresário Paulo Cesar Ferreira. Em 1971 Chico e outros artistas, em protesto contra a censura vigente, se negaram a interpretar composições para o Festival Internacional da Canção que a TV Globo promovia. Ferreira que à época era assessor da diretoria da Globo, segundo Chico, teria comunicado o fato a polícia política acusando-o de subversivo. Chico manteve todas as suas acusações e anunciou que vai recorrer da sentença que, de acordo com sua advogada, se constitui num sério precedente.

23/9. quinta

Nesta data, há 20 anos, morria Pablo Neruda, célebre poeta comunista chileno. Neruda faleceu quase no mesmo dia do golpe militar do general Pinochet. Aliás, há uma semana, quando os militares comemoravam os 20 anos do golpe, o povo chileno saiu às ruas para protestar. Duas pessoas foram mortas pela repressão.

Polêmica

Com relação à entrevista com o historiador Décio Freitas, Classe 104, onde ele diz "um historiador de revoltas escravas e a minha conclusão é de que os escravos eram uma categoria jurídica e social que sofria de impotência revolucionária", há uma contradição porque nas suas obras o senhor Décio mostra o negro revolucionário buscando romper o sistema de dominação. Ele esquece que os Quilombos foram alternativas de criar nações negras no Brasil, já que os negros não voltariam para a África e teriam de construir sua pátria aqui.

Em outro trecho ele diz que "Palmares marcou apenas a resistência, nunca pôde investir contra o centro do poder escravista". É ridículo. Palmares tinha de ficar fechada e durou cem anos e foi o maior exemplo de resistência negra na América.

Depois ele fala que "o Brasil é um país de mestiços. (...) Digamos que os brancos constituem a camada dominante, mas não por sua condição de brancos e sim por condições sociais". O senhor Décio acha que a discriminação é social e não racial, do que discordo. O negro é discriminado e exterminado, há esterilização em massa de mulheres negras e isso porque nos querem longe do Brasil ou buscam nos branquear a cada dia.

Ainda diz: "É a grande massa mestiça não pode dizer que ela é uma etnia discriminada porque ela até nem é uma etnia definida. (...) É claro que há discriminações raciais, mas não há conflito racial; há identidade linguística e a cultura é razoavelmente homogênea. Não existem minorias oprimidas que tenham seus direitos privados ou dificuldade de se expressar culturalmente." O senhor Décio parece que não vive a realidade, pois há conflito racial direto nos grandes centros urbanos e há minorias oprimidas em seus direitos de se expressar religiosa e culturalmente.

Paulo Furtado
Vacaria - RS

Dificuldades

As mudanças efetuadas na Classe foram ótimas. Faltam umas coisinhas mas logo chegaremos lá. Vejo que parte das críticas que eu havia feito foi aceita e isso nos dá coragem para enfrentar as pressões, pois sentimos que o jornal também é um pouco nosso. Parabéns.

Seria interessante fazermos uma campanha para que os diretórios regionais de outros estados remetam sobras de material propagandístico do partido para as regiões mais carentes. Aqui a realidade é bem diferente de São Paulo. É uma região reacionária e sofremos pressão ideológica. As pessoas preferem pagar CR\$ 100,00 numa cerveja a dar CR\$ 65,00 por um jornal.

Luiz Carlos Barros
Cerejeiras - RO

Maracutaia

Envio mais informações sobre a denúncia de Janis Joplin na Classe 102, a respeito de um grupo de saqueadores dos bens públicos desta cidade vampirizada há 35 anos. O prefeito José Orlando perdeu a maioria na Câmara para o também corrupto presidente da Casa Francisco Pires Lima. Este chantageia o prefeito visando extorquir dinheiro. Conforme Lima, os garis do município assinam a folha de pagamento em branco, as quais são preenchidas posteriormente com valores de até seis salários mínimos. Ele confirma também a liberação de verba estadual para compra de alojamento aos estudantes secundários, o que é negado pelo Executivo.

Um vereador afirma que a Distribuidora de Bebidas Gato Preto forneceu notas fiscais frias com discriminação de preços, fechaduras e dobradiças. Este mesmo vereador comenta que seu colega Lima ainda insatisfeito e faz oposição ao prefeito porque sua loja Casa Lima vendia várias mercadorias à Pre-

feitura e as notas/recibos eram assinadas com espaços vazios para posterior adulteração. Um voto contrário de Lima e seu grupo a um projeto do prefeito o fez cortar os negócios com a Casa Lima. A esperança de mudança aqui são os estudantes secundários junto com a União dos Estudantes de Central

Camilla Doravante
Central - BA

Dialecticando

Dialectique aqui,
Dialectique ali.
Joões dialecticam sempre
Franciscos também, constantemente
A ciência é importante
Das leis que são gerais
A todos os movimentos
Olhando para o ex
que é terno
Eis que vês então
O inferno humano
Como tão bem viu Karl Marx
Que nunca nos foi extemporâneo
E sempre nos dialecticará
Sempre aqui, ali ou acolá

Francisco Nelson dos Reis
Itaguaí - RJ

Preocupação

Tenho observado fatos relativos aos partidos de esquerda. Em épocas, lugares, condições e ideologias diferentes eles sofrem desvios, muitas vezes até de sentido contrário aos seus princípios, afastando os setores mais avançados de seu interior. Perdem as características originais, caso do PCUS, que teve seu programa erguido bravamente com a revolução, mas chegou num momento em que desfigurou grosseiramente a ditadura do proletariado. Ocorreu um espírito comodista, sectário. Fatos semelhantes ocorrem até hoje.

Um fator-chave é a desinformação ou ignorância do militante sobre a Filosofia científica no seu conjunto. Sem esses conceitos o militante torna-se cego, vulnerável, dependendo totalmente do Comitê Central para compreensão do marxismo-leninismo.

Henrique Trindade
Recife - PE

Novo regime

A conquista de um novo regime para o Brasil passa pela luta da classe operária e do povo contra os fatores adversos que obstaculizam o progresso do país: a espoliação imperialista, o monopólio da terra, a grande burguesia ligada ao capital estrangeiro. Isso exige a defesa da democracia, o respeito à livre organização e funcionamento dos partidos, a garantia dos direitos do cidadão, a ampla organização das massas populares. Demanda uma ordem constitucional democrática, a formação de um novo governo de base popular.

Não se alcançará o socialismo fugindo do curso da vida política, mas participando de todos os movimentos democráticos, patrióticos e sociais, nas formas condizentes com os direitos e interesses das grandes massas. E opondo-se aos sistemas arbitrários, às forças políticas reacionárias, inimigas da liberdade.

Cícero Romão Carvalho
São Paulo - SP

Erramos

Com relação à reclamação do leitor Pedro Guedes Martins, de Fortaleza, na edição 110 d'Classe, informamos que a última frase do Dicionário Marxista da edição 109 é: "Esta lei revela que os fenômenos possuem, sobre a mesma qualidade, um tempo de desenvolvimento que pode ou não acarretar em sua transformação qualitativa, de uma velha qualidade em uma nova."

Uma lei de privilégios

Haroldo Lima

Deputado federal pelo PCdoB-BA

Sob diversos aspectos, a lei eleitoral aprovada no Congresso Nacional consagra privilégios para os grandes partidos. Da forma que ficou, não liquida os pequenos partidos, como tentaram seus autores, mas os discrimina abusivamente. Torna sua atividade mais difícil enquanto facilita aos grandes.

Em todo o processo foi ficando no fundo uma divergência central: introduzir ou não na legislação brasileira cláusulas de barreira para dividir partidos em grandes e pequenos; os que podem lançar candidatos a cargos majoritários e os que não podem; os que têm acesso a horários gratuitos expressivos de televisão e rádio e os que não têm; os que têm fartos recursos econômicos, de origem pública, para patrocinar movimentação de vulto e os que recebem quantias mínimas; os que poderiam ter funcionamento parlamentar e os que não o teriam.

Os grandes partidos tentaram impor o índice de 5% referido ao resultado eleitoral de 1990, como o divisor de águas entre os partidos grandes e os pequenos. Não conseguiram. Prevaleceu depois de uma luta muito grande o ponto de vista segundo o qual o partido ou coligação que tenha 3% dos integrantes titulares da Câmara dos

**CRESCIMENTO
DO PCdoB
É IMPERIOSO
E URGENTE**

Deputados estará apto a apresentar candidatos a cargos majoritários. Isto abre a possibilidade de o PCdoB e o PSB, por exemplo, coligados, poderem apresentar chapa para a eleição de presidente da República. O cerceamento está no fato de, sozinho, o PCdoB não poder comparecer à principal disputa majoritária de 94.

A ameaça da imposição do índice de 5% para se qualificar partidos para como um dado não resolvido, uma vez que a lei eleitoral segue mencionando esse índice e a lei orgânica dos partidos o define explicitamente como divisor de águas, estabelecendo praticamente tempos de carência para partidos que não atingem ainda os tais 5% dos resultados eleitorais. Alguns desses dispositivos da lei orgânica, com os tempos de carência que prevêm, terminam beneficiando partidos como o nosso. Ou melhor, não os prejudicando a curto prazo.

Duas questões merecem ser ressaltadas. Primeiro é o crescimento do partido, na situação política predominante hoje no Brasil passa a ser absolutamente imperioso e urgente, não sendo aceitável um partido como o PCdoB à mercê de prazos de carência ou na dependência de coligações duvidosas. Mister se faz desenvolver o partido, construí-lo agressivamente, através de iniciativas novas capazes de alterar métodos rotineiros de resultados precários.

Segundo, é preciso levar até o fim a luta contra o embuste de se computar o voto em branco no cálculo do quociente eleitoral, como impuseram quase todos os grandes partidos. Pareceres jurídicos já existentes demonstram a aberta inconstitucionalidade deste dispositivo que é profundamente faccioso, na medida em que retira, pelo ardid da maneira de se fazer um cálculo, vagas conquistadas em casas legislativas pelos pequenos partidos e as transfere, cinicamente, para os grandes.

Editorial

Águas intranquilas da revisão

Os fatos ocorridos no Congresso Nacional dia 22 de setembro, que levaram ao adiamento da votação do projeto de resolução que marcava a data da revisão constitucional, foram um sinal de quão conturbada se encontra a situação política brasileira. A justa tentativa dos parlamentares progressistas de obstruir a sessão e os protestos nas galerias colocaram em polvorosa os revisionistas.

Na verdade, vem fazendo água a determinação das elites, da Fiesp, dos porta-vozes do capital estrangeiro em fazer a reforma constitucional a qualquer custo e o mais rápido possível. Não adiantaram os seminários, documentos e divulgação de suas propostas atentatórias à soberania e à existência da Estado brasileiro. Sua empáfia diante da certeza de que a revisão passaria sem maiores problemas e em meio a uma quase unanimidade nacional vem sendo pouco a pouco comprometida.

O primeiro abalo nessa certeza veio com o posicionamento decidido de entidades representativas da sociedade civil, como a OAB, UNE, CNBB, dentre outras, que passaram à ofensiva na realização de atos esclarecendo a opinião pública quanto aos efeitos nefastos da revisão. Aos poucos uma verdadeira onda anti-revisão foi tomando conta dos democratas sinceros e de muitos outros iludidos quanto ao caráter da reforma pretendida. Não foi à toa também que muitas personalidades se dispuseram a dar seu depoimento no programa do

PCdoB na televisão, que teve a marca do combate à revisão da Carta Magna. A consciência cívica dos brasileiros foi despertando e a presença em Brasília passou a ser significativa como o foi em outros graves momentos da vida brasileira.

Mas temos claro que não é só a mobilização popular e democrática que vem pondo água no processo revisional. Mais uma vez fica patenteada a dificuldade das classes dominantes em chegar ao consenso para viabilizar a implantação do projeto neoliberal no Brasil. Seus projetos políticos se chocam e levam à divisão em suas fileiras. Está aí a disputa de 94 balizando posições.

Como, se não sob essa ótica eleitoral, os grandes partidos se dividem, ora quanto ao apoio ao governo Itamar, caso do PMDB, ora quanto à revisão, caso do PSDB. Outros revêem sua posição quanto à questão por sentirem que esse processo pode se alongar e prejudicar a eleição no ano que vem. Se entre si eles não se entendem, quanto mais com os outros.

Para os que, desde a primeira hora, tinham clareza dos graves prejuízos de uma revisão na Constituição fica a certeza de que as elites não abrirão mão de seus propósitos embora o jogo ainda não esteja decidido. Por isso a necessidade de intensificar as mobilizações, navegar nas águas turvas dos poderosos indecisos e preservar as pérolas da soberania e das conquistas do povo brasileiro.

Socialismo é o que o Brasil necessita

João Amazonas

Presidente nacional do PCdoB

As classes dominantes e seus partidos políticos comandam o ataque à democracia e tentam impor ao país um regime ainda mais reacionário e antinacional. Assim o demonstram as leis eleitoral e da organização partidária em tramitação no Congresso Nacional e a anunciada revisão constitucional. Querem restringir e, mesmo, liquidar a participação das massas na vida política do país, institucionalizar uma ditadura disfarçada dos grandes partidos que representam interesses retrógrados.

É hora de reflexão e de luta!

Vivemos num grande país, quase um continente. Possui as maiores e mais variadas riquezas do mundo. Sua área agricultável pode produzir alimentos para cobrir as necessidades de sua numerosa população e de largas parcelas da população do planeta.

Por que, então, esse duro contraste de vida? Ao invés do país da fartura, um país de famintos; ao contrário de riqueza e abundância, miséria por toda parte; em vez de dignidade, soberania e independência-humilhação, dependência e espoliação estrangeira.

Quem são os responsáveis por essa situação calamitosa? Os responsáveis são os que governam o Brasil há mais de cem anos, visando acima de tudo seus interesses particulares. As elites dirigentes faliram e levam o Brasil e seu povo ao desastre. A orientação que executam favorece os ricos, empobrece e degrada a nação.

É preciso mudar de rumo, de política e de governantes. Se quisermos resgatar plenamente os valores da nossa soberania, da cidadania popular, o direito a uma vida decente e honrada - teremos de levar ao poder outras classes e forças sociais com interesses distintos dos que as atuais elites representam.

O Partido Comunista do Brasil que defende a democracia, os interesses nacionais e os direitos dos trabalhadores e do povo aponta o caminho do socialismo, que é o futuro da humanidade. Socialismo com liberdade e justiça social, com características brasileiras, construído pela união e pela vontade da imensa maioria da nação.

O capitalismo monopolista em decomposição não tem condições de modificar o quadro de ruína e desolação que atinge a maior parte do mundo, provocado pelas contradições insuperáveis do sistema que se baseia na exploração do homem pelo homem. No Brasil, país de capitalismo dependente, mais graves são as consequências da deterioração do regime capitalista. E menor, muito menor, a possibilidade de sequer remediar os males que atormentam a vida do povo.

O socialismo científico é o regime que o Brasil necessita para progredir e exorcizar o fantasma da miséria, da fome, do desemprego crônico. O regime capaz de assegurar liberdade para o povo, verdadeira independência nacional, bem-estar para as grandes massas, um país feliz para os brasileiros que almejam ser livres e cultos.

**É PRECISO MUDAR
DE RUMO, DE
POLÍTICA E DE
GOVERNANTES**



Ciência

CRÔNICA DE
BrasíliaTrapalhadas
da CorteLuiz Aparecido
de Brasília

Quem imaginou que ia enfiar facilmente a revisão constitucional garganta abaixo da sociedade e do Congresso, se enganou profundamente. Vejam só o trabalho que está dando até mesmo levar a convocação, a data, o cronograma de atividades à votação no plenário das duas casas legislativas.

Houve gente até mesmo do lado de cá, que duvidava do crescimento da campanha contra a revisão golpista. Começamos como começam todos os rios e grandes cursos d'água, como riacho cheio de pedras e fomos crescendo tanto que já estamos batendo no meio do mar. Hoje, enganados na tentativa golpista, só mesmo os direitistas empedernidos e elementos a serviço da Fiesp, dos latifundiários, multinacionais e cartéis de monopólios.

Ganhamos as entidades de representação da sociedade: OAB, ABI, CUT, sindicatos, Conam, partidos de esquerda e democráticos e fomos angariando apoio. Agora, até o dom Orestes, o Quercia, estimula sua bancada para votar contra a revisão constitucional. Mas não foi fácil. Se tivéssemos mais algumas semanas de campanha, certamente essa convocação não iria sequer a plenário para votação.

Essa semana em Brasília, o grande tema de debate continua sendo se irá ou não haver este golpe contra as conquistas sociais e a soberania nacional. Os deputados e senadores, a cada chegada em Brasília, vindos de suas bases eleitorais e políticas, estavam mais sintonizados com o sentimento popular anti-revisão. Aliás, essa palavra revisão, não tem dado certo em lugar nenhum. Onde levaram ela às últimas consequências, acabou foi dando uma imensa confusão caótica, como no Leste europeu.

Mau humor. Para a gente sentir como as coisas andam ruins para os revisionistas, basta ver o humor dos pontas de lança da reação e dos sentimentos antipopulares, como Ronaldo Caiado, "Amoral Nato", Sandra Cavalcanti, Dornelles e outros quetais. Estão verdadeiramente

históricos. Os capitães da indústria paulista, das multinacionais e dos latifundiários, tomam conta das colunas dos jornalões, dão entrevistas nas TVs e rádios e reúnem-se três vezes ao dia, na tentativa de mudar o curso desse rio. Mas está difícil.

Pelos corredores do Congresso e dos ministérios, nessa hora de receber as benesses do orçamento do ano passado e elaborar as emendas para o orçamento do próximo, os lobbistas de empreiteiras e os próprios, defendem com unhas e dentes, que inclusive estão afiadíssimos, a revisão constitucional. Mas estão falando mais baixo, principalmente depois que o pai de todos, o Planalto, sinalizou que não está nem aí com esse golpe.

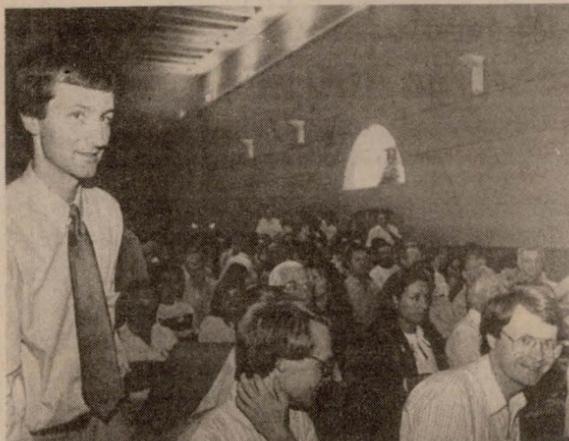
Silêncio de Pavão. É impressionante, por falar nisso, como o Pavão Imperioso, como é conhecido por aqui o primo do BHC, o Fernando Henrique Cardoso, está silencioso nessa questão da revisão constitucional. Fizeram há algumas semanas, uma reunião no Planalto, em que estavam todos os ministros e o Pavão pediu que todos elaborassem uma pauta para formular a proposta central do governo para a revisão e entregassem ao ministro da Justiça, Maurício Correia. Terça-feira, dia 21, de manhã, o assessor do ministro encarregado de receber as propostas, não tinha sequer recebido papel em branco. Ali pelo Palácio e pela Esplanada dos Ministérios, ninguém fala mais nesse assunto. Porque será?

Dizem que é para não levantar a plumagem do pavão e ele ficar com seus pés inflacionários à mostra. Depois que Fernando (êta nome que está dando azar ao Brasil) assumiu a Fazenda, a inflação só fez subir. Sem o Planalto e os Ministérios, sem o PMDB quercista, sem a esquerda e até mesmo parte do PSDB, quem ficou para defender a revisão constitucional? Exatamente os históricos direitistas e entreguistas de sempre.

PS: No próximo número da Classe, voltaremos a falar de leve nesse assunto, porque até creio que a proposta golpista de revisão já foi para o brejo. Vamos é falar do que os pavões e trapalhões estão fazendo aqui nesse Planalto Central com o nosso querido Brasil e seu bravo povo varonil. E bota varonil nisso.

Novidades na matemática

▼ **Historiadores da ciência apresentaram recentemente descobertas que alteram a história da matemática e da civilização árabe da Idade Média. São os manuscritos da obra *Istikmal (Perfeição)* de Al-Mu'taman ibn Hud**

Olival Freire Jr.
Professor da UFBA

O cientista holandês Hogendijk

Al-Mu'taman ibn Hud, matemático e rei do reino muçulmano de Zaragoza (no território da atual Espanha) de 1081 até sua morte em 1085, já era conhecido dos especialistas em história da matemática como brilhante matemático. Mas a descoberta destes manuscritos projeta o seu papel para um novo patamar, não só como matemático criativo, mas também como compilador e divulgador da matemática e da física (ótica) tanto das tradições gregas quanto árabes.

A descoberta, realizada pelo matemático holandês J.P. Hogendijk em colaboração com o professor Djebbar, atual ministro da cultura da Argélia, foi anunciada durante o 19º Congresso Internacional de História da Ciência, realizado no mês passado na própria cidade de Zaragoza.

O anúncio revestiu-se de grande simbolismo porque foi feito em uma sessão especial do Congresso, realizada no Palácio da Aljaferia, onde Al-Mu'taman viveu durante seu reinado. Neste palácio, totalmente recuperado, funcionam atualmente as Cortes de Aragón, órgão análogo às nossas Assembléias Legislativas. Os manuscritos foram encontrados nas bibliotecas do Cairo, Copenhague e Leiden mas só totalizam cerca de 75% da obra.

Desafio. Estes manuscritos situam Al-Mu'taman como um dos maiores matemáticos de seu tempo, e seguramente o maior da tradição islâmica Andaluza (ibérica). Desafiam também a crença estabelecida entre historiadores, segundo a qual o nível das ciências exatas nesta última tradição cultural e científica foi mais baixo que no mundo islâmico do Oriente. Segundo o matemático

J.P. Hogendijk, o *Istikmal* foi escrito como um trabalho padrão em matemática, para substituir os Elementos de Euclides (1) e vários outros trabalhos matemáticos mais avançados como os de Arquimedes e Apolônio (2). Al-Mu'taman foi o único matemático em toda tradição islâmica medieval que empreendeu tal projeto. Pelo conjunto de referências encontradas nestes manuscritos o matemático holandês não hesita em afirmar que "Al-Mu'taman e sua biblioteca teve uma influência importante no desenvolvimento da ciência ocidental". Entre os resultados matemáticos obtidos pelo rei e matemático muçulmano e só agora encontrados nestes manuscritos está, por exemplo, uma rigorosa demonstração de um teorema geométrico, atualmente atribuído ao matemático italiano Giovanni Ceva, que o formulou em 1678. Por esta razão o autor da descoberta propôs que este teorema passe a denominar-se "teorema de Al-Mu'taman" (3).

Desigualdade. Esta descoberta extrapola o seu valor histórico para adquirir, na atualidade, certo significado político. É que o mundo da "nova ordem mundial", decorrente do desaparecimento da União Soviética e dos estados do antigo campo socialista, encontra-se dividido em um pequeno grupo de países muito ricos e desenvolvidos e a grande quantidade de excluídos deste desenvolvimento. Para legitimar esta desigualdade, variados argumentos são apresentados. Um deles apresenta estes países ricos como portadores do processo civilizatório e o resto do mundo como povos bárbaros. Aliás, para legitimar o racismo que se espalha hoje pela Europa as forças conservadoras criam uma imagem da Europa sendo sitiada pelos imigrantes bárbaros.

Outra evidência deste procedimento para legitimar a "nova ordem" tivemos quando a agressão ao Iraque, capitaneada pelos Estados Unidos, foi apresentada como uma cruzada da civilização contra os bárbaros. A opinião pública mundial assistiu com indiferença a aviação americana bombardear os sítios históricos das antigas civilizações que floresceram entre os rios Tigre e Eufrates, hoje territórios do Iraque. É o caso de se perguntar se a indiferença seria a mesma se os alvos do bombardeio fossem o Coliseu em Roma ou a Acrópole em Atenas.

Neste artefato ideológico de estabelecer uma correlação entre países ricos e civilização, de um lado, e países pobres e barbárie de outro, a moderna ciência aparece como produto por excelência da civilização a ser preservada a todo custo. Esta tendência política atual apóia-se em uma tradição cultural anterior, o eurocentrismo, que apresenta a civilização, e a moderna ciência, como produto exclusivamente europeu. O eurocentrismo, enquanto concepção do processo histórico, tem raízes mais fundas, não sendo restrito às fronteiras europeias; ao contrário, está presente nas consciências de pessoas de todo o mundo. O eurocentrismo, enquanto concepção da história da cultura, e a tendência à exclusão, característica do mundo atual, são então tendências distintas mas que se alimentam mutuamente.

Estudos que evidenciam a diversidade das contribuições culturais presentes na constituição da ciência moderna enfraquecem a visão eurocentrista e, na atualidade, contrapõem-se ao caráter excludente da "nova ordem". O resgate do papel do rei e matemático muçulmano Al-Mu'taman na história da matemática é mais uma evidência (a mais recente) da marca "moura" nesta disciplina que é considerada a ciência das ciências.

Notas

(1) **Elementos de Euclides.** Notável sistematização em 13 livros das aquisições da matemática grega. O método estritamente dedutivo usado por Euclides (século III, antes de Cristo) guarda atualidade até hoje e seu legado na geometria é o que chamamos de "geometria euclidiana".

(2) **Arquimedes e Apolônio,** matemáticos e cientistas da Grécia antiga (século III a.C.).

(3) **Teorema de Al-Mu'taman,** anteriormente conhecido como teorema de Ceva. Tome um triângulo ABC, com pontos E, F e G sobre os lados BC, AC e AB. Desenhe as linhas retas AE, BF e CG. Teorema de Ceva afirma que as retas se cruzarão em um ponto D, se e somente se $AB = AF \cdot CE$

GB FC EB



O rombo das privatizações

▼ Com o tumultuado leilão da Açominas encerrou-se a primeira fase do Programa de Privatização. Apesar da contestação crescente e evidências de tramóias o governo diz que persistirá nesse caminho

Dilermando Toni



Estudantes chegando à manifestação contra a venda da Açominas

criminada de bônus.

Tudo isso pressiona fortemente o Orçamento da União e agora não se pode mais culpar as estatais pelo imenso déficit público. Aliás, é preciso que se diga que nenhum dinheiro do pouco que se apurou serviu para a saúde ou a educação como se havia prometido. De resto o mesmo tem se sucedido pelo mundo afora.

Tudo isso não tem sido capaz de mudar o rumo neoliberal adotado pelo governo. Fernando Henrique Cardoso e o recentemente empossado presidente do BNDES Pêrsio Arida insistem que a venda das estatais é um dos pilares centrais da política econômica do governo. No início de outubro deverão anunciar a segunda etapa do processo, muito mais abrangente e ousada.

Seria possível avaliar essa gente de outra maneira que não fosse como pessoas fiéis aos monopólios e ao imperialismo quando para a segunda etapa do processo deverão estar incluídas as empresas de eletricidade - em primeiro lugar a Light e a Escelsa - e a Rede Ferroviária Federal? Ou quando Arida manifesta o desejo de privatizar a Embraer no início do próximo ano e de incluir a Vale do Rio Doce no rol das que serão vendidas?

Outro patamar. O Senado Federal aprovou na noite do dia 14 de setembro último o substitutivo do senador Jutahy Magalhães que permite que o capital estrangeiro

compre até 100% do capital votante de empresas estatais a serem privatizadas. O substitutivo agora volta novamente à Câmara para ser apreciado pelos deputados. Só que muito pior do que o que de lá havia saído. O Senado derrubou, por exemplo, a exigência de que a participação do capital externo, em até 100% demandaria o uso de moeda de circulação preferencial nos mercados internacionais.

Coloque-se ao lado disso o motivo principal pelo qual as elites têm lutado tão tenazmente pela revisão constitucional - acabar com o monopólio estatal do petróleo e das telecomunicações - e teremos um quadro verdadeiramente tenebroso, com o Brasil inteiramente à mercê dos monopólios nacionais e estrangeiros.

O real jogo de interesses envolvidos nesta questão é muito grande. Ainda recentemente o jornal *O Globo* estampou o editorial *Petróleo a última chance* no qual dizia: "Segundo o jornal americano (*New York Times*), nas condições atuais, a Petrobrás terá poucas esperanças de aumentar a produção e atingir a auto-suficiência. Observa, porém, que a partir de outubro terá o Congresso oportunidade de modificar a Constituição, para propiciar a participação de investimentos estrangeiros na exploração do petróleo".

Resistência. Ainda que a oposição patriótica à entrega do patrimônio público brasileiro não tenha tido um caráter massivo nesta primeira

fase das privatizações ela tem crescido em todo o país. Mais de duas mil pessoas desafiaram o poderoso esquema policial para protestar contra a entrega da Açominas, na capital mineira. O deputado Aldo Rebelo, líder da bancada federal do PC do B, recentemente deu entrada junto à Procuradoria Geral da República de um requerimento no sentido de anular o escandaloso leilão da Cosipa.

Setores expressivos dos funcionários da Petrobrás e das companhias de telefonia e de eletricidade manifestam seu desejo de resistir à privatização de suas empresas. Articulam o Encontro Nacional em Defesa do Patrimônio Público para breve. O deputado Edson Silva do PC do B/RS levantou séria suspeita de que os prejuízos propositais dados à Petroquímica União atingem US\$ 6 milhões e que isso teria concorrido para que a empresa, cujo leilão está marcado para o dia 19 de novembro, esteja sendo subavaliada. Ao lado do PC do B estão o PDT, PSB, o MR-8 e setores do PT e de outros partidos.

Toda uma série de iniciativas poderão se desenvolver. O clima para isso existe. Uma pesquisa nacional realizada pelo Datafolha e publicada no dia 19 último revela que 55% dos brasileiros acha pequena a participação do governo federal na economia e 19% a consideram adequada às necessidades atuais. Somadas são 3 entre 4 pessoas que se opõem ao atual processo de privatização.

Trabalho da CPI

Edson Silva

Deputado Federal pelo PCdoB/RS
Membro da CPI da Privatização

A CPI das Privatizações vai se encaminhando para uma nova e mais importante fase - a das investigações minuciosas. Essa nova etapa começa forte, com um Requerimento para obter a quebra de sigilo bancário e fiscal de 18 empresários, como Aldo Narcisi (o da trapaça na compra da Cosipa, ver o número anterior da Classe) e ex-diretores do BNDES, entre os quais Eduardo Modiano, Delbem Leite e Sérgio Zedron, figuras de proa no gerenciamento do Programa de Desestatização.

Iniciada em fins de abril passado, a CPI deve encerrar suas conclusões em novembro próximo. Até aqui, foram ouvidos depoimentos de gente envolvida diretamente na execução do Programa, incluindo ministros de Estado, na base do contraditório. Depôs tanto quem apóia como quem denuncia a sistemática e os prejuízos das privatizações.

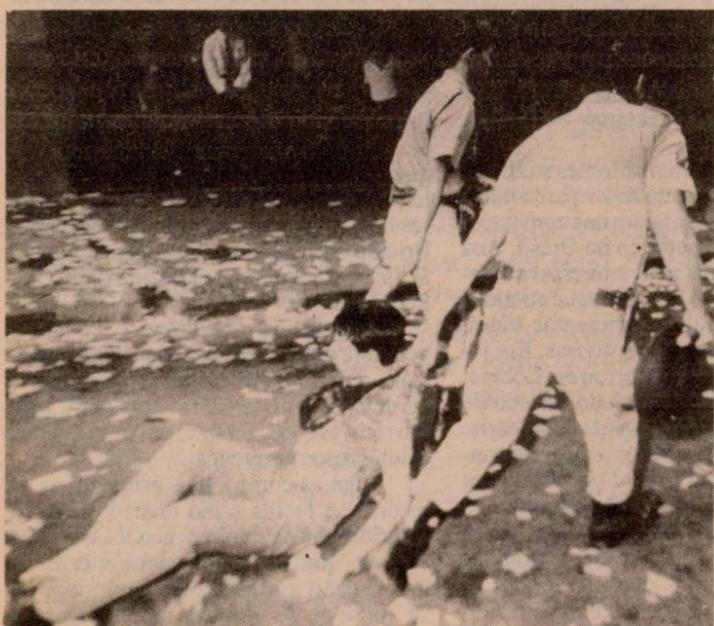
O saldo apurado só não sensibiliza tipos como o deputado Roberto Campos, insuspeito por sua incontestável trajetória de entreguista. Mesmo quem, na CPI, admitia a privatização de algumas estatais, se dobrou às evidências de pesados danos ao patrimônio público, das distorções e "golpes maracutáicos" verificados neste programa de governo.

Empresas foram vendidas, todas, bem abaixo de seu valor patrimonial e de seu potencial, títulos públicos desvalorizados no mercado foram usados, à revelia, pelo seu valor de face, quase que exclusivamente na compra das estatais; negócios excusos campearam.

Pouco o Tesouro da União recebeu em moeda corrente, a tal ponto que o ministro Fernando Henrique Cardoso não teve como escapar em depoimento que prestou na CPI. Disse ele: "Na verdade, os recursos arrecadados pelo Programa de Privatização foram muito modestos em dinheiro". Quatro empresas do setor de fertilizantes e seis da área petroquímica não viram a cor de um centavo em dinheiro vivo. Só papel pode. Nestas estatais, de tão lucrativas e saudáveis, o governo sequer precisou investir no saneamento prévio à sua venda.

O contrário foi feito em outras empresas para tornar o negócio ainda mais atraente. No setor siderúrgico, entre aportes de capital e despesas com o saneamento para vender, o governo investiu US\$ 6,3 bilhões em cinco empresas leiloadas entre 1991 e 1992. Os dados são do BNDES, para quem essas empresas foram vendidas, subavaliadamente, por cerca de US\$ 4,4 bilhões, dos quais somente US\$ 52, ou 2%, em dinheiro quente, num prejuízo que rondou a casa dos US\$ 4 bilhões. Estupidez, mas é verdade.

As estatais vendidas em 93 não tiveram sorte diferente. No rastro de todas elas, e à sombra dos cofres públicos, vão se formando magnatas controladores de importantes fatias do mercado do aço, dos fertilizantes e dos produtos petroquímicos. Foram contemplados por condições favoráveis de um patrimônio construído com milhões de dólares do povo brasileiro, sob a forma de impostos, taxas e contribuições.



Polícia reprime para garantir o leilão da Açominas

BH vira praça de guerra

69 feridos e mais de 70 presos foi o resultado da brutal repressão policial que se abateu sobre as pessoas que se manifestaram contra o leilão da Açominas no dia 10 de setembro na região central de Belo Horizonte, Minas Gerais. A ação de mais de 700 policiais atingiu indiscriminadamente manifestantes, populares e até crianças, como informa a presidenta do PC do B/MG Jô Moraes.

Um dos primeiros atingidos por estilhaços de bomba foi o deputado federal pelo PC do B/MG Sérgio Miranda. Poucos minutos antes ele havia sido muito aplaudido quando disse aos manifestantes: "um dia vamos colocar na cadeia este pessoal que está roubando o patrimônio público. Um dia vamos recuperá-lo. O povo brasileiro tem dignidade e não vai ficar de braços cruzados".

Além da violência o governo saiu ao campo para ajudar sem pudores a empreiteira Mendes Júnior que arrematou 30% da Açominas. Os bancos estaduais Credreal, Bengel e BMM emprestaram dinheiro ao grupo e compraram ações da Açominas para mais tarde vendê-las à Mendes Júnior. Os bancos Econômico, Bradesco, BCN, Real e SLR ficaram com 30% das ações.

Nacional

BANCADA Comunista

Solidariedade

Dia 14 de setembro, na casa do deputado Aldo Rebelo em Brasília, foi realizada uma reunião de reorganização do Grupo Parlamentar Brasil-Cuba para estreitar a amizade entre o Parlamento dos dois países. Na ocasião foi oferecido um coquetel ao embaixador cubano Jorge Bolanós. Participaram 25 deputados e senadores, entre eles, o deputado federal Haroldo Lima (PCdoB-BA).

O grupo decidiu cobrar do governo brasileiro atitude de repúdio ao bloqueio econômico a Cuba patrocinado pelos Estados Unidos, que será tema da próxima Assembleia Geral da ONU. Outra medida é tratar com o Ministério da Saúde brasileiro um intercâmbio na área.

Por fim será tentada junto à Petrobrás a prospecção de petróleo em território cubano.

Intercâmbio

O deputado Haroldo Lima foi escolhido secretário do Grupo Parlamentar Brasil-China, criado em Brasília dia 14 de setembro numa reunião com 18 parlamentares. Haverá palestras e debates para mostrar a cultura milenar dos chineses e a importância de uma maior ligação entre os dois países.

Desemprego

O vereador Vital Nolasco (PCdoB-SP), presidente da Comissão de Estudos sobre Desemprego da Câmara Municipal de São Paulo, realizou sessão da comissão dia 22 de setembro com presença de sindicatos e centrais sindicais. A comissão objetiva soluções para o desemprego na Capital.

Dados do Dieese apontam que o desemprego no município atingiu em agosto 1 milhão e 100 mil pessoas, a maioria chefes de família. A idade varia entre 25 e 39 anos. Os principais ramos atingidos são metalúrgico, químico e vestuário.

Abra os olhos para a revisão

Acaba de sair o número 2 de *Abra os Olhos*, jornal da bancada do PCdoB na Câmara dos Deputados. O primeiro número, com uma contundente denúncia das mentiras da revista VEJA sobre a Lei de Patentes, esgotou duas edições, com forte repercussão. Agora, o jornal da bancada se debruça, com igual profundidade, sobre a tentativa de golpe da revisão constitucional.

Em formato tablóide, oito páginas e três cores, *Abra os Olhos* "cerca" o tema por diversos ângulos. Recupera a história dos principais golpes da história constitucional brasileira - a partir de 1824, quando o imperador dissolveu nossa primeira Assembleia Constituinte, mandando os deputados para a cadeia. Veicula o posicionamento das principais entidades que fazem parte da luta anti-revisão: OAB, CUT,

Homenagem

Em São José dos Campos (SP), a prefeitura adotou sugestão do vereador João Bosco (PCdoB) e nomeou várias ruas da cidade em homenagem a antigos comunistas e revolucionários: Diógenes Arruda, João Batista Drumond, Pedro Pomar, Lenin, Engels, Rogério Lustosa, Maurício Grabois, Carlos Danieli, Osvaldo Orlando da Costa e Angelo Arroio.

Bosco também registrou nos anais da Câmara o Manifesto do Comitê em Defesa da Embracer contra a privatização da empresa.

Direitos humanos

A Comissão de Defesa dos Direitos Humanos da Câmara Legislativa do Distrito Federal, presidida pelo deputado Agnelo Queiroz (PCdoB) vai enviar às autoridades as propostas apresentadas no Seminário da Criança e do Adolescente, promovido pelo CDDHC e Unicef, realizado dias 16 e 17 de setembro, com presença de 190 pessoas. Uma sugestão é que se obtenham recursos para construção da sede do Centro de Reclusão de Menores, pois o atual tem funcionamento precário. Agnelo já pediu a interdição do órgão. Outra medida necessária é investimento em educação, além de gratificações aos servidores que trabalham com menores infratores.

Prostituição

A vereadora Maria do Rosário (PCdoB), presidente da Comissão de Educação e Cultura da Câmara Municipal de Porto Alegre, vai fazer um levantamento da prostituição infantil na cidade e apontar saídas para o problema. Ela informa que "fala-se em 2 mil crianças prostituídas em Porto Alegre e 500 mil em todo o país", mas os dados são difusos. O dossiê resultante do estudo vai ser mandado para a CPI que investiga o assunto em Brasília.

UNE, ABI, C N B B, Contag. Reproduz os principais trechos da "Segunda Carta aos Brasileiros", apresentada dia 13 de setembro pelo professor Goffredo da Silva Telles Júnior. Faz também o levantamento dos participantes e da plataforma da "Gang do Pé-de-cabra", que pretende arrombar a ordem constitucional. E contém artigos assinados pelos sete deputados federais do PCdoB, abordando aspectos específicos dessa batalha em defesa da democracia, da soberania nacional e dos direitos dos trabalhadores.



Petrobrás: 40 anos

Ricardo Maranhão
Vice-presidente
do Clube de Engenharia-RJ

No momento em que as mesmas forças e interesses que se opuseram à criação da Petrobrás se mobilizam para o golpe da revisão constitucional, onde procurarão revogar o monopólio - para em seguida privatizar a empresa - escamoteando também conquistas sociais e econômicas dos trabalhadores, é da maior importância lembrar alguns fatos e divulgar as realizações da Companhia. Foram cinco anos de campanha nas ruas e 22 meses de debates no Congresso Nacional que conduziram à promulgação da Lei 2004 de 3 de outubro de 1953.

De tal forma essa lei decorreu do amadurecimento e da consciência cívica nacional que as constituições brasileiras, desde então, entenderam de alçar ao mais alto nível institucional o monopólio estatal do petróleo. Assim, foi o monopólio consagrado na Constituição de 1967 (artigo 162) e na Emenda Constitucional número 1 de 1969 (artigo 169). O debate sobre a questão foi mais uma vez reaberto na Assembleia Nacional Constituinte em 1987, dele participando amplos segmentos da sociedade e

ram justamente o contrário, construindo uma Companhia reconhecida internacionalmente, pelo seu porte e eficiência, como uma das maiores do mundo.

Fato inédito. A Petrobrás é a décima no campo do refino. Produz quase 700 mil barris de petróleo e 20 milhões de metros cúbicos de gás natural por dia. Sua frota de petroleiros com mais de 70 navios tem uma capacidade superior a 5,5 milhões de toneladas de porte bruto. É a segunda frota do mundo em termos de empresa. A revista especializada norte-americana *Petroleum Intelligence Weekly*, de 14 de dezembro último, considerou como fato inédito na indústria petrolífera mundial a performance da Petrobrás nos últimos cinco anos. Apesar das grandes empresas terem perdido algumas posições, caso da Texaco que desceu seis posições, da Chevro, três, e a Exxon, uma, a Petrobrás subiu nove posições entre as 20 maiores empresas de petróleo do mundo.

A Petrobrás vende seus produtos, caso raro no Brasil, sem quaisquer alíquotas de proteção, a preços inferiores aos vigentes no mercado internacional. Os senhores Robert Broughton e Omar Carneiro da Cunha, ex e atual presidente da Shell, em declarações na imprensa condicionaram a realização de investimentos em nosso país ao alinhamento dos preços aqui praticados aos preços internacionais. Vale dizer: o fim do monopólio estatal corresponderá necessariamente à elevação dos preços pagos pelo consumidor. Os preços ao consumidor da gasolina brasileira, não obstante a elevada carga de impostos e de subsídios, mesmo assim, estão entre os mais baixos do mundo.

Conforme a revista *Time*, de 10 de setembro de 1990, o quadro de preços da gasolina em dólar/litro era: Itália = 1.38, Suécia = 1.28, Dinamarca = 1.18, França = 1.15, Suíça = 1.02, Bélgica = 1.00, Inglaterra = 0.94, Espanha = 0.83, Alemanha Ocidental = 0.81, Japão = 0.80 e Brasil = 0.60. Esses valores não sofreram alterações relevantes, conforme dados mais recentes da revista especializada *Energy Detente*.

Melhor resultado. Ao contrário do que propagam os mal-intencionados, o custo de produção do petróleo nacional, da ordem de 13,93 dólares por barril, é significativamente inferior

ao custo do petróleo importado, 18,54 dólares por barril, uma diferença de 33,1% em 1992. Esses valores foram apurados por auditores internacionais independentes (Ernst Young) a pedido dos então ministros da Infra-Estrutura e da Economia.

De referência aos custos do refino, os mesmos auditores concluíram que os da Petrobrás situam-se mais de 20% abaixo do custo das refinarias similares dos Estados Unidos.

Relativamente aos índices de sucesso exploratório, no período de 1981 a 1992, a Petrobrás, com 32% (mar e terra) apresentou melhores resultados que as empresas que operam nos Estados Unidos (mar e terra), 26%, e compara-se em termos de resultados às empresas do Mar do Norte Britânico (32%). Os dados são da *AAPG Bulletin*, da Wood Mackenzie e da própria Petrobrás.

A indústria petrolífera é atividade geradora de enormes recursos financeiros. Com o monopólio estatal esses recursos permanecem no território brasileiro, aqui são reinvestidos, gerando novas indústrias e numerosos empregos.

Com as companhias estrangeiras os recursos e lucros serão drenados para o exterior. Um exemplo concreto: em 1992 a Shell, que no Brasil opera apenas na distribuição, embora com um prejuízo de 21 milhões de dólares, remeteu para o exterior cerca de 50 milhões de dólares.

O caráter estratégico do monopólio

O monopólio estatal se impõe pelo caráter eminentemente estratégico do petróleo que, como dizia André Bihel, "é fonte insubstituível de toda atividade militar, industrial e agrícola". Do mesmo modo salientava o estadista norte-americano, presidente dos Estados Unidos, Woodrow Wilson: "A nação que possui petróleo em seu subsolo e o entrega a outro país para explorar não zela pelo seu futuro". Outro líder, George Clemenceau, assinalava: "Uma gota de petróleo vale uma gota de sangue".

Sem dúvida, petróleo é essencial à segurança econômica e militar, à independência do país. Não foi por outro motivo que o marechal Horta Barbosa declarou: "Petróleo é bem de uso coletivo, criador de riqueza, assegurando poder econômico e político. Sua exploração se confunde com a própria soberania nacional".

No mundo moderno os avanços tecnológicos são preponderantes para o desenvolvimento econômico e a autonomia dos países. Quem não progride tecnologicamente se torna dependente. O monopólio estatal e a Petrobrás colocaram o Brasil na posição de líder na exploração de petróleo Off-Shore em águas profundas. Pelo notável êxito desse acontecimento a Petrobrás foi contemplada, entre dezenas de empresas, com o significativo prêmio que lhe foi outorgado pela Offshore Technology Conference em maio de 1992, em Houston (Texas, EUA).

por maioria esmagadora os representantes do povo inscreveram no artigo 177 não somente o monopólio estatal como a proibição dos contratos de risco.

Eficiência. De Titusville até 1938, data da nossa legislação nacionalista - são 80 anos - não havia qualquer impedimento constitucional ou legal para os capitais estrangeiros investirem no petróleo brasileiro. Em 1930 algumas companhias petrolíferas já faturavam 30 bilhões de dólares por ano, desenvolviam suas atividades em diversos países e jamais se interessaram pelo nosso petróleo.

É que controlavam as fontes suficientes para o abastecimento do mercado mundial. Durante anos tentaram nos convencer da inexistência de petróleo no Brasil. Aos oligopólios internacionais interessava manter o nosso mercado. O Brasil que continuasse dependente dos suprimentos deles, consumindo suas escassas divisas. Em janeiro de 1939 o petróleo jorrou em Lobato, na Bahia, em consequência do esforço de brasileiros, invalidando aquela falsa teoria.

Esmagados pelos fatos, o ardiloso ponto de vista, partiram os oligopólios para outras falácias: o Brasil não dispunha de capitais nem de tecnologia e os brasileiros não seriam capazes de estruturar uma indústria de tamanha complexidade. A Petrobrás, o monopólio estatal e os brasileiros, com pertinácia e patriotismo, prova-

Roubalheira sem precedentes

▼ No Brasil, onde há 32 milhões de pessoas famintas, vivendo na miséria absoluta, 1,7 milhão de toneladas de cereais foram desviadas ou apodreceram nos últimos anos, num prejuízo calculado em 124 milhões de dólares

Luis Carlos Orro
de Goiânia

O último relatório anual divulgado semana passada pelo Banco Mundial equipara-se a um verdadeiro atestado de pobreza para o Brasil: queda de 1% no Produto Nacional Bruto em 92, aumento progressivo da população considerada pobre durante toda a década de 80. Os 20% mais pobres tiveram sua participação na renda nacional diminuída de 2,6%, em 1980, para 2,1% em 92.

Nesta faixa da realidade brasileira é que se baseia a *Ação da Cidadania Contra a Fome e a Miséria*, idealizada pelo sociólogo Herbert de Souza e levada a cabo por um amplo conjunto de entidades.

Do outro lado desta triste realidade, inescrupulosos empresários do ramo da armazenagem de grãos, cevados no bom uísque escocês, vinho alemão, caviar e outras iguarias importadas, enriquecem de uma maneira que, se não fosse trágica, seria cômica: roubam comida.



Toneladas de grãos apodrecem nos armazéns

Contra esses luzidos senhores a CONAB (Companhia Nacional de Abastecimento), sucessora da CIBRAZEM e da CFP, move cerca de 20 mil processos, para se ressarcir de prejuízos causados por desvio, falta, deterioração e perda de qualidade dos grãos depositados em armazéns particulares.

O sistema de armazenagem no Brasil sofre não só com as mazelas próprias do sistema capitalista, tais como a irracionalidade na produção, a falta de planejamento e o desperdício. A necessidade de se manter milhões de toneladas de grãos como estoques reguladores para evitar a alta dos produtos agrícolas, principalmente na entressafra, deu origem a uma rede criminosa que nada fica a dever à máfia italiana.

Quem vai pagar? Segundo o presidente do Sindicato das Empresas de Armazenagem de Goiás, o ex-deputado Manoel Mota, os processos não vão dar em nada, pois "referem-se a

ocorrências insignificantes, detalhes". Sócio de Tarzan de Castro - como ele, ex-deputado e ex-militante de esquerda - em uma empresa com cinco unidades armazenadoras, Mota culpa o governo pelo descalabro a que chegou o sistema de armazenagem no país, e afirma que na diretoria da CONAB não deveriam estar "os que tratam os empresários como bandidos". Agora, o Presidente do Sindicato está às voltas com a Justiça Federal, onde aterrissou no dia 22 passado um processo contra a empresa da qual é sócio.

Goiás, com 608 armazéns credenciados, 265 deles estocando para a CONAB, ocupa a segunda posição entre os estados com o maior número de fraudes. Na portaria nº 11, em que determina a instauração de inquérito civil público para apurar as denúncias surgidas, o chefe da Procuradoria Regional da República em Goiás, Celso Roberto da Cunha Lima, utiliza expressões típicas de quando se vai investigar o submundo do

crime: "rapinagens", "existência de quadrilhas". "Queremos investigar todo esse sistema de enriquecimento ilícito de alguns poucos privilegiados", afirma o Chefe do Ministério Público Federal, preocupado com as denúncias de influências políticas na concretização das fraudes.

Neste particular, cresce a cada dia a lista de políticos-empresários do ramo envolvidos em denúncias de falcatruas no armazenamento de cereais para o Governo Federal. Já foram apontados: Luis Soyer, deputado federal, presidente do PMDB goiânico; Amarildo Alves, deputado estadual (PMDB-GO); Nagib Heickel, deputado estadual (PTB-MA); Pedro Abrão, senador (PPR-TO); Derval de Paiva, deputado federal (PMDB-Tocantins e ex-presidente da Comissão de Financiamento da Produção/CFP).

Somente o senador Moisés Abrão, proprietário da SOALGO LTDA, com 23 unidades de armazenagem, deve cerca de US\$

3,5 milhões à CONAB. E, como o ladrão que grita pega ladrão para escapar à perseguição, mobiliza esforços no Senado para constituir uma CPI que investigue a CONAB. Sindicalistas da área afirmam que a influência política é decisiva para se entrar no ramo da armazenagem, lembrando que quando Iris Rezende, atual governador de Goiás, foi Ministro da Agricultura, houve uma grande expansão dos armazéns privados.

Alimento mais caro. De acordo com o presidente do Sindicato dos Classificadores de Produtos de Origem Vegetal em Goiás, Juvenal Camilo Soares, a maioria dos armazenadores do estado não respeitam as normas técnicas com relação ao espaçamento entre as pilhas, altura máxima, manuseio, transporte. Outro absurdo é a manutenção de estoques por anos a fio, contrariando as especificações técnicas. "Não tem panela nem fogo neste mundo capaz de cozinhar feijão guardado por dois ou três anos", afirma Juvenal Soares. O sindicalista prevê uma alta muito grande no preço da alimentação básica, lembrando que em Goiânia o arroz tipo 1 já teve um aumento de 100%. "O estoqueregulador é hoje uma fantasia, pois grande parte já é ou estará imprópria para consumo em pouco tempo", conclui.

Com tantos megassaqueadores a solta, em atividade dia e noite, soa risível a intenção do presidente Itamar Franco de processar o presidente da Contag, Francisco Urbano, por ter declarado que é justa a decisão dos famintos trabalhadores nordestinos de squear depósitos de alimentos para não morrerem de fome.

Operações espertas

Essas são algumas das operações utilizadas pelos que enriquecem rapidamente com a roubalheira dos grãos.

Safra esquecida. Durante anos a fio, toneladas de alimentos ficam "esquecidas" nos armazéns particulares. A CONAB paga aluguel quinzenal por tonelada, corrigido pela TR. Esse esquema conta obrigatoriamente com a cumplicidade da direção da CONAB, pois leiloar as safras mais novas antes das antigas, contraria as próprias normas da empresa.

Triangulação. O armazenador vende as toneladas de grãos que lhe foram confiadas. Geralmente isso acontece na entressafra, quando o produto alcança melhor preço. O dinheiro é aplicado, quase sempre no mercado de

capitais. Na época da safra, quando a cotação do produto é mais baixa, o armazenador compra a quantidade que havia desviado. O lucro é fabuloso.

Cerealtur. Também conhecida na gíria dos ladrões de grãos como "passeio da mercadoria". Toneladas de cereais são transportadas, às vezes de um estado para outro, para serem armazenados. Há denúncias de milho produzido no Mato Grosso depositado em Goiânia, no Goiazem Ltda. A CONAB paga o frete. Aqui as transportadoras também entram, no ratico do dinheiro fácil e ilícito.

Mistura fina. Vende-se parte dos grãos recebidos e mistura-se impurezas e matérias estranhas na mesma quantidade. Mantem-

se, dessa forma, a tonelagem original. Palha, farelo, terra são utilizados. Até areia e uréia já foram encontrados em um carregamento de soja no Porto de Santos (SP).

Joio no trigo. Procede-se de maneira inversa da que é preconizada no ditado bíblico. o infrator retira parte da tonelagem estocada e vende. Depois mistura grãos deteriorados na mesma quantidade e põe a culpa no tempo.

Primeira classificação. Os armazenadores procuram corromper os classificadores de produtos, para que um de qualidade superior seja classificado como de qualidade inferior. Assim, ganham com a diferença de preços. doze classificadores do Serviço de Classificação Veg-

etal de Goiás (CLAVEGO), já foram demitidos em épocas recentes.

Expurgo. Honestamente, significa a aplicação, de tempos em tempos, de produtos químicos para conservação dos alimentos. Na malandragem da máfia do armazenamento, significa fazer apenas parcialmente o tratamento, ou fingir que fez, apresentando notas frias. A CONAB paga.

Quem não planta também colhe. Os técnicos afirmam que em média, os grãos apresentam teores de 16% de umidade e de 3 a 4% de impurezas após a colheita. Mas os barões da armazenagem só os recebem com uma classificação inferior. Os mesmos fazem: 22% de umidade e 8% de impurezas. O golpe é em

cima dos produtores, que podem perder até 1500 quilos por caminhão (cerca de 10% do total). Técnicos da CLAVEGO denunciavam que já foram impedidos de entrar em armazéns da rede privada.

Operação tartaruga. Representa a demora do armazenador em entregar os estoques arrematados nos leilões da CONAB. Com a virada da quinzena, recebe-se um novo aluguel, reajustado.

Reclassificação. Nessa modalidade de golpe, recebe-se um produto e entrega-se outro. O arroz tipo 1 é vendido e substituído pela mesma tonelagem do tipo 2, de preço bem inferior. Às vezes, o arroz tipo 1 é vendido e substituído pelo arroz tipo 2 (abaixo do padrão). Aí a pilhagem traz um ganho bem maior.

EDUARNO JACOB

CDM
Centro de Documentação e Memória
Fundação Maurício Grabois AP

Capital estrangeiro joga pesado

A ser mantida a decisão do Congresso Nacional de fazer a revisão constitucional, os trabalhadores e as forças democráticas e progressistas terão muito trabalho para conter os representantes do capital nacional e estrangeiro que pretendem uma Constituição ainda mais ajustada aos seus interesses. A ofensiva reacionária é tão grande que entidades como a Fiesp (Federação das Indústrias do Estado de São Paulo) e o Grupo de Empresas Brasileiras de Capital Estrangeiro preparam lobbies junto aos parlamentares e divulgam aos quatro ventos seus principais interesses: eliminar as restrições ao capital estrangeiro e rever o monopólio estatal em áreas como petróleo, energia elétrica e telecomunicações.

Segundo o jornal O Estado de S. Paulo, "os representantes das multinacionais escolheram seis temas que serão debatidos junto com a Fiesp, Federação Brasileira dos Bancos (Febraban) e o Instituto Liberal: revisão do papel do Estado; revisão dos direitos sociais; revisão do sistema tributário; autonomia do Banco Central e fim do limite de 12% para os juros; eliminação de dispositivos corporativistas e reformas partidária e eleitoral".

As multinacionais estão propondo, numa clara ingerência à soberania que cabe ao povo brasileiro acabar com as poucas conquistas sociais. Querem o fim da aposentadoria por tempo de serviço, a revisão do direito de greve, o fim da jornada de 6 horas para turnos ininterruptos, fim do monopólio da representação sindical, fim da isonomia e da estabilidade do funcionalismo público, restrições ao ensino público e gratuito nas universidades, entre outros pontos.

A ingerência é tão grande que as câmaras de indústria e comércio estrangeiras do País realizam seminários abertos para discutir suas propostas. A opinião das câmaras foi apresentada pelos empresários Cláudio Sonder, presidente da Câmara Alemã, e Herman Wever, presidente da Siemens, durante o 8º Seminário Brasil-Alemanha para Jornalistas, realizado nos dias 18 e 19 de setembro, no Guarujá, litoral de São Paulo. Além do fim dos monopólios como nos casos do petróleo e das telecomunicações, eles querem a reformulação no sistema previdenciário, assim como a abertura do mercado para as empresas de saúde que atuam no mercado internacional.

Direita tenta revisar na marra

▼ Os revisionistas não conseguiram votar, no dia 22 de setembro, o projeto de resolução que prevê o início da revisão para o dia 6 de outubro

Guimar Prates

A presença da OAB, UNE, UBES e outras entidades na Câmara federal foi decisiva para impedir a votação do projeto de resolução que prevê o início da revisão para o dia 6 de outubro. Os partidos que não concordam com o golpe na Constituição conseguiram obstruir a votação mas não puderam impedir que o projeto fosse lido mesmo sem o quórum mínimo exigido pelo Regimento Interno do Congresso. O presidente do Senado, Humberto Lucena, marcou para o dia 29 nova sessão com o objetivo de votar a resolução. Mas se depender do PDT, PT, PCdoB, PSB e PSDB a revisão não será aprovada.

Na tentativa de impor as reformas exigidas pelas elites, parlamentares conservadores não hesitaram em tentar passar na marra a aprovação do projeto, desrespeitando o Regimento Interno do Congresso, que exige a presença de pelo menos 86 deputados e 14 senadores para iniciar uma sessão. A sessão estava marcada para as 10 horas e, às 11 horas o painel da Câmara registrava a presença de 81 deputados. Mesmo assim, Humberto Lucena não atendeu o pedido de encerramento da sessão feita pelo PCdoB, PT e PDT.

Recursos. Disposto a colocar o projeto em votação à qualquer custo, Lucena não esperava pela reação das galerias que vaiaram e gritaram "Não à revisão". Muito menos dos parlamentares dispostos a defender a Constituição. Acabou perdendo completamente o controle da situação, numa clara demonstração de incompetência. O deputado Paulo Ramos (PDT/RJ) arrancou o projeto das mãos de Lucena e Wilson Muller (PDT/RS) o rasgou diante das câmeras. "Como legítima defesa da Constituição e do Regimento Interno violado, e no interesse do povo brasileiro. No voto pode-

mos perder mas na marra não. Se precisar repito meu gesto", explicaria Muller mais tarde.

Haroldo Lima (PCdoB/BA), Paulo Delgado (PT/MG) e Luiz Salomão, líder do PDT, insistiam na ilegalidade da sessão, mas Lucena acabou lendo uma cópia do projeto de resolução. Os líderes dos partidos contra a revisão se reuniram após o tumulto e resolveram atuar em conjunto. Vão entrar com recurso junto ao plenário do Congresso para anular a sessão, além de fazer representação pessoal contra Lucena "por crime de responsabilidade contra o regimento, comportamento antidemocrático e flagrantemente arbitrário".

Mas não foram apenas os parlamentares que protestaram. Num dos momentos mais tensos, o ex-presidente da OAB, Marcelo Lavenere, subiu à mesa e botou o dedo no nariz de Lucena. "Se este projeto for aprovado, isso vai acabar mal. Afinal isto é a casa do povo ou um clube exclusivo?" Esta é apenas uma amostra do que pode ocorrer caso as elites insistam no golpe que querem dar na Constituição.

Não passará. A cada dia que passa está mais difícil para as

elites passarem por cima da vontade do povo. Além dos partidos que, desde o início têm se posicionado contra a revisão, agora o PSDB decidiu que só a apoia se forem cumpridas três condições: que o presidente e o relator da revisão sejam eleitos em plenário; que seja fixado o prazo de 31 de dezembro para seu encerramento; e que seja definida uma pauta mínima detalhada dos temas que serão submetidos à revisão. Pelo jeito, não está muito preocupado com o isolamento crescente de Fernando Henrique Cardoso, um dos poucos tucanos a defender arduamente a revisão.

Além disso, há outras brigas que podem colaborar para a manutenção da Constituição, como a que existe entre os presidentes da Câmara e do Senado pelo comando do processo. Os senadores, segundo Jarbas Passarinho, "se não forem bem tratados" podem inviabilizá-la. Há também interesses que se chocam com os dos candidatos a Presidência da República.

Os interesses em jogo são tão grandes que até o presidente da Câmara federal, Inocêncio Oliveira (PFL/PE), defensor histórico e convicto da revisão, declarou no jornal do Commercio, de Recife (16/09/93), que ela pode ficar definitivamente comprometida. "Tão grave quanto não fazer a revisão, é começá-la e não concluí-la", afirma.

"Nós queremos a revisão - insiste o deputado - mas fazê-la sob a égide de uma crise econômico-social, num momento em que se coloca o problema da governabilidade seria inconveniente", diz, referindo-se à crise entre o PMDB e o governo. "Nesse caso, eu vou lutar para adiar a revisão para depois de 1994", pondera.

Se Inocêncio vai fazer mesmo isso ninguém sabe, mas o fato de dar este tipo de declaração, certamente é um sinalizador de que as coisas não estão muito tranquilas para o lado de lá, embora exista a determinação das elites em fazer a revisão.



Ato contra a revisão, realizado na Faculdade de Direito da USP

Mobilização continua em todo o país

O calendário de mobilizações do Movimento Cívico contra a Revisão Constitucional prevê o dia 29 de setembro como decisivo para barrar o golpe, dando o impeachment na revisão. Para este dia está prevista mais uma tentativa de votar o projeto de resolução e em todo o país deverão acontecer manifestações.

No dia 5, quando completa cinco anos da promulgação da Constituição, milhares de pessoas deverão se concentrar em Brasília com caravanas vindas de todos os estados. A intenção é impedir que o processo se inicie.

O Movimento Cívico Contra a Revisão Constitucional ganhou amplitude e se espalhou por todos os estados brasileiros. No Rio Grande do Sul, a deputada Jussara Cony lançou um manifesto que foi assinado por 31 dos 55 deputados gaúchos. Só a bancada do PPR não teve nenhum deputado assinando. Ato e passeatas foram realizadas em Belo Horizonte, Fortaleza, Porto

Alegre, Salvador, Goiânia e várias outras capitais.

São Paulo. No dia 13 de setembro, a campanha foi lançada em São Paulo, na Faculdade de Direito da USP, no Largo São Francisco, com a presença de duas mil pessoas. O ponto alto do encontro foi a leitura da Segunda Carta aos Brasileiros, uma mensagem contra a revisão constitucional, escrita pelo jurista Goffredo da Silva Telles (leia entrevista na página ao lado).

A carta desmonta e desmente cada um dos argumentos dos revisionistas. E firma uma posição mais incisiva. "O povo diz que a revisão constitucional é golpe; nós acrescentamos que é usurpação do poder", afirma.

Bastante representativo, o ato contou com a presença da OAB, UNE, UBES, CUT, CGT, SBPC, parlamentares do PDT, PSDB, PCdoB, PT e PSTU. O presidente nacional do PCdoB, João Amazonas, representou os comunistas e

afirmou: "Estamos vivendo uma grande conspiração contra a democracia, contra os interesses nacionais e as grandes massas do povo." Segundo ele, esta conspiração não se resume à revisão.

O veterano dirigente comunista alertou que esta conspiração precisa ser denunciada a toda a população. "Este Congresso não é soberano para mudar a Constituição. Soberano é o povo, e só ele pode decidir sobre os destinos da Nação", afirmou Amazonias, lembrando que o PCdoB foi o primeiro partido a defender o *fora Collor* e que está também na linha de frente contra a revisão constitucional.

"O que as elites pretendem é usar o artigo 3º das disposições transitórias como pé-de-cabra para arrombar a Constituição", afirmou José Roberto Batochio, presidente da Ordem dos Advogados do Brasil.

Segundo ele, a revisão é inadmissível. "A Assembleia Nacional Constituinte é um momento muito

especial da vida de uma nação. A Constituição, portanto, não pode ser modificada entre quatro paredes, por aqueles que pretendem retirar todas as conquistas garantidas em 88", justifica.

Batochio diz que as multinacionais que defendem a revisão constitucional não têm essa mesma postura em seus países de origem. "Os EUA, meca do neoliberalismo, sobretudo o aço brasileiro; o governo intervém na economia para garantir o emprego nas siderúrgicas americanas, mas os defensores da revisão querem o fim da presença do Estado na economia, não estão preocupados com a preservação do emprego dos operários brasileiros".

Para o presidente da UNE, Fernando Buarque Gusmão, é preciso dar o impeachment na revisão. "A UNE tem tradição na luta em defesa da Constituição, por isso jogará todas as suas forças para impedir mais este golpe contra o povo brasileiro".

GOFFREDO TELLES

▼ Goffredo da Silva Telles Júnior, 78 anos, é professor emérito da Universidade de São Paulo e foi deputado constituinte em 1946. Em 1977 ele divulgou a "Carta aos Brasileiros", lida na Faculdade de Direito da USP, defendendo o retorno do país ao Estado de Direito e a convocação de uma Assembléia Constituinte. No ato organizado por partidos e entidades no último dia 13 de setembro, na mesma Faculdade de Direito, Goffredo leu a "Segunda Carta aos Brasileiros", contra a revisão constitucional. Na carta ele diz que "revisão é golpe"

Por Sueli Scutti

Classe - Por que o senhor é contra a revisão constitucional?

Goffredo - Antes de mais nada porque a revisão contraria dispositivos expressos na Constituição. A revisão viola a Constituição. Um artigo constitucional que não costuma ser citado é o 59, onde estão mencionados todos os atos e processos legislativos admitidos pela Carta. O primeiro deles é a emenda à Constituição e nessa relação de atos não figura a revisão nenhuma só vez. Nos 254 artigos do corpo da Constituição nenhuma vez ela faz referência à revisão, que não é portanto admitida pela Constituição como uma maneira de reformá-la.

Classe - De onde surgiu essa idéia?

Goffredo - A revisão aparece pela primeira vez numa outra lei, anexa à Constituição, mas uma outra lei: o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT), em seu artigo 3º. Mas essa referência à revisão vem logo depois do que está estabelecido no artigo 2º que marcou o plebiscito de abril passado. Se nesse plebiscito o povo tivesse determinado a mudança de sistema e forma de governo seria preciso evidentemente adaptar a Constituição à novidade. E para fazer essa possível adaptação o artigo 3º se refere à revisão. É só aí que ela aparece. De maneira que pela Constituição e pelo ADCT fica evidente que a revisão só foi inventada para fazer essa adaptação à vontade do povo, o que não foi necessário.

Classe - Então a revisão é inconstitucional?

Goffredo - A meu ver é. Ela viola flagrantemente a Constituição, tanto que propus à Ordem dos Advogados do Brasil que entre em juízo com uma ação direta de inconstitucionalidade perante o Supremo Tribunal Federal.

Classe - Por que o senhor prefere a emenda constitucional?

Goffredo - Não é apenas uma questão de palavras. É muito mais sério,

porque a emenda exige o voto de três quintos dos deputados e senadores, em duas votações, nas duas casas separadas. De maneira que o constituinte de 88 estabeleceu salvaguardas para os mandamentos da Constituição...

Classe - Isso dificulta as mudanças?

Goffredo - Dificulta. Como acontece em todas as constituições do mundo civilizado. A Constituição não foi feita para ser alterada a qualquer momento. É a lei máxima. Onde se estabelece toda a organização do Estado, mas não é só isso. É o título de garantia dos nossos direitos e liberdades sociais. É por isso que se estabelecem as salvaguardas, porque é preciso que ela não se altere facilmente. Haveria sempre o perigo de serem alterados os direitos e liberdades que resultaram de uma longa luta do povo contra o arbitrio, o despotismo. As vitórias do povo foram afinal consagradas na Constituição. Não seria justo que um Congresso qualquer, por motivos às vezes demagógicos ou por interesses fortíssimos e geralmente econômicos, alterasse esses mandamentos.

Classe - O que está em jogo nessa tentativa de revisão?

Goffredo - O Congresso em quatro, cinco anos não conseguiu elaborar as leis complementares exigidas pela Constituição. Agora, em cinco meses, há quem queira resolver os dez mil projetos ou mais que existem sobre a mesa do Congresso. Mesmo que se reduzam as matérias... ou o Congresso resolve enfrentar os assuntos importantes ou então não há motivo para revisão nem para coisa alguma. Nem esses assuntos importantes jamais poderão ser resolvidos em cinco, seis meses. É o tempo máximo que os congressistas teriam para fazer a revisão porque começa a campanha eleitoral que vai exigir atenção total dos deputados e senadores. Imagine se um Congresso que não fez as leis complementares vai enfrentar agora o enxugamento do Estado, a



LEANDRO SCHILFPAKE

redistribuição das funções da União, dos estados e municípios, o problema tributário, a questão agrária, dos servidores públicos, competência das medidas provisórias, da lei delegada, o significado da defesa nacional, funções das Forças Armadas, questão dos monopólios da União sobre o petróleo e as telecomunicações. A não ser que queiram resolver de qualquer maneira, o que seria uma calamidade.

Classe - O senador Lucena está marcando datas da revisão...

Goffredo - A Constituição não marcou datas. Tenho esperança de convencer os homens de boa vontade e de boa fé que estão na Câmara e no Senado de que é melhor não fazer essa revisão, não dar início a algo que eles não poderão terminar.

Classe - O senhor acha que o movimento das entidades civis contrário à revisão ainda tem condições de barrá-la?

Goffredo - Eu tenho convicção que sim. A onda está cada vez maior. Temos um apoio popular expressivo e de grandes entidades. Acredito que o juízo e o travesseiro ainda vão influir no sentido de não se fazer a reforma.

Classe - Mas é forte também a pressão do outro lado, a Fiesp, a CNI...

Goffredo - Essas querem a revisão. E contra há a OAB, CNBB, ABI, UNE SBPC, PT, PCdoB e outros partidos, enfim, a lista é grande. Ainda hoje tive notícia de várias entidades que estavam certas de que iam opinar a favor da revisão e suspenderam o juízo após a leitura da Carta aos Brasileiros...

Classe - Quais são essas entidades?

Goffredo - Prefiro não citar...

Classe - O capítulo da Ordem Econômica é dos mais visados.

Goffredo - Não tem dúvida. E não é hora de fazer mudança. Você acredita que em véspera de eleição haverá deputado e senador interessado em cortar verbas de estados e municípios, mesmo que isso seja legítimo? Uma mudança na Constituição exige tempo, serenidade, pesquisa e a audiência da nação.

Classe - O senhor acha que o povo está interessado nessa discussão?

Goffredo - É claro que grande parte da população não está entendendo bem. É muito natural que assim seja porque eu vejo que gente alfabetizada também não entende. Outro dia vi um advogado muito sabido dizer que há muita coisa errada na Constituição e por isso seria preciso revisá-la. Que falta de compreensão das coisas. Ninguém é contra o aperfeiçoamento. Mas o queremos pela emenda e não pela revisão.

Classe - Como fica o monopólio estatal do petróleo e das telecomunicações?

Goffredo - Pois é. Coisas desse tipo não podem ser resolvidas como eles querem resolver numa revisão apressada. Há interesses tão grandes tanto de um lado como de outro, que tudo isso tem de ser estudado por técnicos. E o interesse nacional aqui supera os particulares. É preciso ter espírito público para fazer convenientemente reformas que na Constituição podem ser necessárias.

Classe - A situação política do país do jeito que está pode trazer mais desesperança à população?

Goffredo - Exatamente isso. O desencanto com os políticos é uma tristeza porque afeta a democracia. Todos nós que somos do povo ficamos com a impressão de que não estamos representados no governo e sem representação não existe democracia. Esta revisão afeta o conceito de Estado de Direito, o conceito de democracia. Veja como é sério.

Quando o povo não tem confiança no Estado de Direito, quem nos diz que ele não vai começar a pensar em outras soluções? A história está aí diante de nós. A história de grandes movimentos populares que, fundados no desânimo, na tristeza, vão no sentido do estabelecimento de governos de força, de ditaduras terríveis.

Classe - O Brasil pode chegar a esse ponto?

Goffredo - É preciso tomar cuidado. Tiramos recentemente uma experiência ilustrativa com o Estado do Rio de Janeiro. Vargas, o ditador Vargas tinha o apoio do povo.

A porta larga da revisão

Na "Segunda Carta aos Brasileiros", o professor Goffredo lembra "a premente necessidade de reformar determinadas estruturas do Estado" brasileiro. Ele esclarece algumas dessas mudanças: a reorganização das Forças Armadas, da Segurança Pública, das polícias. A reestruturação e o controle do poder Judiciário, a reforma tributária.

Outro trecho da carta afirma: "Ninguém se iluda! Em matéria de reforma da Constituição, como em muitas outras matérias, o melhor é 'entrar pela porta estreita' (das emendas), porque esta, em regra, é a que conduz aos valores da vida. A outra, 'a porta larga e espaçosa' (da revisão), é a que costuma nos levar à perdição."

Movimentos

TEMA EM
Debate**Construir cadeias em vez de escolas?**

José Carlos Madureira

Da Coordenação Nacional da UJS

No bojo da avalanche conservadora que pretende retirar da Constituição inúmeras conquistas alcançadas em 1988, surge uma discussão que interessa diretamente à juventude: a redução da idade, de 18 para 16 anos, para que os jovens possam ser responsabilizados criminalmente. Os mesmos que defendem a revisão constitucional com o objetivo de tirar do Estado qualquer responsabilidade social, como a gratuidade do ensino, pretendem construir cadeias em lugar de escolas e mostram uma sede voraz em criar mecanismos para punir a juventude. Por outro lado, existem inúmeros projetos de emenda tramitando no Congresso com este mesmo objetivo, o que significa que a juventude deverá estar vigilante mesmo que a revisão constitucional não aconteça.

A Constituição de 1988 consagrou o voto facultativo aos 16 anos. Uma vitória da juventude que, historicamente, tem sido uma força importante nos grandes movimentos democráticos ocorridos no Brasil. Foi assim na campanha em defesa do monopólio estatal do petróleo, na luta contra a ditadura, na campanha pelo impeachment de Collor, nas lutas que acontecem cotidianamente em defesa da democracia e de um país decente. Nada mais justo, portanto, que essa juventude tenha o direito de participar da vida política institucional do país. Isso no entanto, não pode servir de argumento para que as elites, na tentativa de restringir o espaço democrático do país, utilize o voto aos 16 anos como um dos argumentos para defender a responsabilidade criminal aos menores de 18 anos. O voto aos 16 anos é facultativo e não seria facultado ao jovem a possibilidade de escolher se quer ou não ir para trás das grades.

O aumento da criminalidade, que é maior quanto maior for a crise; que cresce proporcionalmente ao crescimento da miséria e a consequente falta de perspectiva, cria na população um sentimento de insegurança que, todavia, não se resolve com maior repressão. A repressão deveria existir para gente como Collor e PC Farias, que continuam soltos; e para aqueles que são responsáveis pela segurança (sic!) mas que matam sem piedade como nas recentes chacinas da Candelária e de Vigário Geral. Ai, não foram

menores de 18 anos os matadores nem os mandantes. Aliás, estudos realizados em diversos estados e divulgados pelo INESC (Instituto de Estudos Sócio-Econômicos, dão conta de que 90% dos crimes são cometidos por maiores de 18 anos.

Os legítimos representantes das reacionárias elites brasileiras afirmam que a inimputabilidade aos menores de 18 anos é o mesmo que impunidade. Outra distorção. Ao cometer uma infração, o menor de 18 anos pode ser submetido a julgamento, de acordo com o Estatuto da Infância e do Adolescente, dentro do devido processo legal. A diferença entre o julgamento de um adolescente e de um adulto é que o primeiro sofre penas sócio-educativas (em tese, porque na prática está à mercê das "autoridades" e dos grupos de extermínio), enquanto o segundo sofre um castigo pela infração cometida. Essa diferença existe porque o adolescente é uma pessoa em processo de amadurecimento físico, psicológico, moral e emocional. A inimputabilidade apenas afasta do procedimento penal, ou seja, de ir para a cadeia. Será que alguém acredita na possibilidade de um adolescente que cometeu uma infração se recuperar dentro de um superlotado presídio brasileiro, no convívio com marginais? É esta a verdadeira formação no crime que as elites querem dar à juventude, já que se desresponsabilizam pela escola, pela alimentação, pela saúde, pelo lazer e qualquer outra necessidade básica, capaz de possibilitar o desenvolvimento de uma criança em um cidadão digno.

É um grande equívoco reduzir este debate à alegação de que o jovem sabe o que é certo ou errado, como se a mesma moral que tem os filhos da classe média pudesse ser exigido de meninos e meninas que nascem e crescem nas ruas, que não tem o que comer ou onde dormir. Este raciocínio pode levar ao absurdo de se condenar uma criança a ir para a cadeia porque *sabe* que roubar ou matar é errado. A visão correta é considerar sua condição de pessoa humana em desenvolvimento, dentro da realidade política e econômica da nação. Dizer que uma criança é bandido porque não tem comida, não tem escola nem lar, precisa roubar para sobreviver e se torna vítima do crime organizado, é muita cara-de-pau.

A União da Juventude Socialista vai defender a manutenção dos 18 anos como idade mínima para a responsabilidade criminal.



Professores protestam no desfile de 7 de setembro

Aula de cidadania

▼ A truculência do governo Fleury na greve do magistério da rede pública do Estado de São Paulo, fez o movimento adquirir caráter político e nacional. Liderados pela Apeoesp, os educadores dão aula de luta e determinação

Marcos Ruy

Em greve desde o dia 18 de agosto, o magistério "dá uma lição de consciência e participação na defesa de seus salários e de um ensino decente", afirma Frederico Lopes Neto (Fred), coordenador de Organização do Sindicato dos Professores (Apeoesp) na Grande São Paulo. Segundo ele, o "movimento aumentou ainda mais após as exibições de intransigência e a truculência do governo Fleury."

Após a violência cometida contra a manifestação dos grevistas nas proximidades do Palácio dos Bandeirantes, no dia 26 de agosto, quando a tropa de choque feriu e prendeu professores, o Sindicato dos Supervisores de Ensino (Apase) aderiu à greve no dia 27. Na Assembléia do dia 2 de setembro, na Avenida Paulista, foi a vez do Sindicato dos Diretores (Udemô) paralisar suas atividades. No dia 9 de setembro, os educadores realizam Assembléia no Vale do Anhangabaú com a presença de aproximadamente 100 mil pessoas, informa a Apeoesp.

Greve de fome. Para facilitar as negociações, os grevistas atenderam o pedido do governo estadual de não realizar manifestações no Palácio dos Bandeirantes e a Assembléia Geral do dia 16 de setembro foi realizada na Avenida Paulista. Dali mais de 100 mil professores, diz a Apeoesp, caminharam em passeata até a Praça da República, onde fica a Secretaria de Educação do Estado. E como o governador Fleury havia encerrado as negociações, membros da Comissão de Negociação do Magistério resolveram permanecer no local, num acordo feito com o Secretário de Educação, Carlos Estevam, afirma o presidente da Apeoesp, Roberto Felício. Ao mesmo tempo, um grupo de professores ficou acampado na Praça da República, em vigília. No mesmo dia, às 15 horas, Roberto Felício, decidiu realizar greve de fome até o governo estadual retomar as negociações. Felício permaneceu sem alimentar-se até o dia 18, num total de 50 horas. Ele só recuou de sua decisão para atender a inúmeros pedidos da categoria e de várias entidades da sociedade civil. "Não é hora de tirarmos nenhum soldado da luta", disse Fred.

Na madrugada do dia 17, porém, os professores foram surpreendidos por uma ação

nível. Os educadores que estavam nas dependências da Secretaria de Educação foram enxotados como "invasores extraterrenos" e os que permaneciam acampados em vigília, viram-se cercados e espancados pela tropa de choque da Polícia Militar. Conforme o Secretário de Segurança Pública do Estado, Michel Temer, por ordens do governador. Novamente houve feridos e sete professores foram detidos. Os policiais, relata o professor Francisco Gomes dos Santos, de Mauá, chegaram batendo e aos gritos afirmavam que iriam dar "uma demonstração de força da PM paulista". Ele fala ainda que os policiais também chingavam os professores dizendo: "seus vagabundos, porque não vão dormir em casa". Na mesma hora, o professor Ademir Almagro, também de Mauá, conta que era assaltado a 20 metros do local. Com base nesses acontecimentos, os deputados estaduais do PCdoB, Jamil Murad e Denis Carvalho entraram com uma representação no Ministério Público contra o governador Fleury por "prática atentatória a disposições contidas nas Constituições federal e estadual, implicando em crime de responsabilidade do mesmo." Se esse pedido for acatado, qualquer pessoa, entidade ou partido político poderá pedir o impeachment do governador. Para o advogado da Apeoesp, José Roberto Manesco, "o Fleury apanha do Itamar, do Quércia e do Pedro Simon e depois manda bater nos professores, que estão sendo um bode expiatório."

Disposição. Nova Assembléia Geral foi marcada para o dia 23 de setembro, no Palácio dos Bandeirantes, numa demonstração de que os educadores paulistas mantiveram sua disposição de luta e não se intimidaram com a arrogância do governo estadual. Para organizar os próximos passos do movimento, o Conselho de Representantes (CR) reuniu-se no dia 18, no colégio Caetano de Campos, em São Paulo. Ali o magistério paulista recebeu solidariedade de diversas organizações da sociedade civil. O CR também marcou um Ato de Repúdio às violências do governo Fleury, para o dia 21, às 16 horas, na Assembléia Legislativa. No mesmo dia, cedendo às pressões, o governo retomou as negociações. No dia 21, ocorreu a primeira negociação dessa nova fase, no Palácio dos Bandeirantes. Roberto Felício explicou que foi uma reunião política, para marcar a reabertura de negociações. Outra reunião foi marcada para o dia seguinte, às 12 horas.

Até o fechamento desta edição, não havia alteração significativa deste quadro. Os educadores esperando por uma contraproposta séria do governo e o governo intransigente em sua proposta de reajuste de 32% em agosto e 73% em setembro, perfazendo um total de 129%. Os grevistas pedem, principalmente, 187% sobre julho e uma política salarial mensal vinculada à inflação. Não é à toa que o movimento ganhou toda essa dimensão, uma vez que o salário dos professores estaduais em início de carreira é de 1,5 salários mínimos e pela proposta governamental passaria para

FSM faz Conferência das Américas

Foi realizada em São Paulo a Conferência Sindical das Américas e do Caribe, de 17 a 19 de setembro, com abertura na Assembleia Legislativa, às 20 horas. Os debates do encontro aconteceram no Memorial da América Latina. A Conferência foi promovida pela Federação Sindical Mundial (FSM) e pela Central Geral dos Trabalhadores (CGT). E teve caráter preparatório para a 45ª Seção do Conselho Geral da FSM, que será realizado em Varsóvia (Polônia), de 12 a 15 de outubro próximo. Participaram do evento dirigentes sindicais representando centrais de praticamente todos os países da América Latina.

Para unir as lutas dos trabalhadores latino-americanos e trabalhar para a reorganização da FSM, a Conferência determinou que a entidade deve corresponder aos interesses da classe operária mundial. Segundo o Secretário Sindical da Executiva Nacional do PCdoB, João Batista Lemos, esteve patente "a vontade política das entidades filiadas da América Latina em resistir à forte campanha anticomunista e à ofensiva do imperialismo contra os países do Terceiro Mundo, em particular contra o neoliberalismo."

A Conferência aprovou uma carta dirigida "aos povos, aos trabalhadores e aos governos da América Latina e Caribe", a qual reproduzimos a seguir.

"Centrais sindicais de 16 países reunidas na Conferência Sindical das Américas e do Caribe rechaçam a chamada política neoliberal promovida pelas grandes corporações transnacionais, incapaz de resolver os problemas

que vivem nossos países. Só tem agravado a crise econômica, política, social e moral que atravessamos.

Tem representado um golpe não só no setor público, mas no setor privado nacional, acarretando desindustrialização e provocando mais desemprego, recessão e mais dependência.

O chamados "ajustes" que os cartéis transnacionais nos pressionam das mais diversas maneiras - que eles mesmos não aplicam em seus países - tem como objetivo a manutenção de seus privilégios e superlucros, se beneficiarem em detrimento das nações, golpear a soberania econômica e aumentar a subordinação política.

Essa política busca desorganizar o movimento sindical, perseguir e assassinar dirigentes sindicais, violentar convenções e direitos trabalhistas adquiridos.

A chamada privatização significa repassar para cartéis - voltados só para os lucros - setores rentáveis e fundamentais aos benefícios sociais e que são imprescindíveis ao desenvolvimento econômico, portanto ao interesse público.

É parte essencial dessa política a repressão e os assassinatos de dirigentes sindicais. Em particular na Colômbia, no Equador e no Peru - como o caso do companheiro Pedro Huilca Tecse, secretário geral da CGT do Peru, as provocações à soberania nacional, com o criminoso bloqueio à Cuba socialista, a manutenção do colonialismo em Porto Rico, as provocações aos países amazônicos, a invasão ao Panamá e a Granada, e a tentativa de desmoralizar



Encontro decidiu reorganizar a FSM

nossas forças armadas.

De forma heróica nossos povos têm resistido a tudo isso. No Uruguai o plebiscito reprovou as privatizações. Na Bolívia os trabalhadores paralisaram a entrega das estatais. No Brasil o povo destituiu o corrupto presidente Collor e tem realizado uma resistência firme e decidida para barrar a liquidação do patrimônio público e a violação da Constituição. Na Venezuela e na Guatemala mobilização popular derrubou os corruptos e ditadores Carlos Andrés Pérez e José Serrano. A heróica resistência do povo cubano ao criminoso bloqueio estimula nossa solidariedade e nosso ânimo de luta.

Chamamos os trabalhadores da América Latina e do mundo a continuar intensificando a solidariedade para com a República de Cuba em sua heróica resistência frente ao injusto, inumano e criminoso bloqueio econômico, comercial e financeiro a que tem sido submetida há mais de trinta anos

pelo governo dos EUA.

E hora de unirmos os trabalhadores e os patriotas. É hora de mudarmos o rumo dos acontecimentos e passarmos à ofensiva em nossa luta.

Chega de fome, miséria e recessão!

Em defesa do emprego, de nossa indústria e do nosso patrimônio público.

Viva a FSM!

Viva os povos da América Latina e do Caribe!

O futuro nos pertence!"

Assinam o documento as seguintes entidades: CPUTAL, CONAT (Argentina), COB (Bolívia), CTCR e CUT (Costa Rica), CTC (Cuba), CTE (Equador), GAWU (Guiana) FUTH (Honduras), CNTP (Panamá), CGTP (Peru), UGT (Porto Rico), CUTV (República Dominicana), CGT (França), CGT (Brasil), Alexander Zharikov, secretário geral da FSM, e José Ortiz, secretário regional da América da FSM.

CSC faz encontro em dezembro

A Coordenação Nacional da Corrente Sindical Classista, reunida no dia 20 de setembro, em Salvador (Ba), decidiu convocar o Encontro Nacional da Corrente para os dias 9 a 12 de dezembro deste ano. Provavelmente será realizado em Salvador.

O Encontro da CSC vai discutir Conjuntura Nacional e Internacional, tentará aprofundar a compreensão sobre o papel da CSC e preparará a intervenção dos sindicalistas classistas no 5º Congresso da CUT, que está marcado para o início de junho de 1994.

O coordenador da CSC, Nivaldo Santana, informa que foi deliberado na reunião da Coordenação Nacional, a orientação aos sindicatos ligados à Corrente para concentrar esforços na filiação de novas entidades, na atualização dos débitos e atualização do número de sindicalizados até o dia 31 de dezembro, última data para resolver este tipo de problema com a Central Única dos Trabalhadores e, assim, estar em condições de participar do 5º ConCUT.

Donos de escolas não querem cumprir a lei



Nas ruas, os estudantes exigiram mensalidades mais baixas

O aumento abusivo das mensalidades escolares continua dificultando a vida dos estudantes. Os donos das escolas particulares estão desrespeitando as medidas provisórias emitidas pelo governo para regular os aumentos. E para aumentar a confusão, o Congresso não votou as MPs, obrigando o presidente Itamar Franco a reeditá-las.

A Medida Provisória 344, que estipula as regras para o reajuste das mensalidades de agosto, com desdobramentos em

setembro e outubro, foi reeditada sob o número 352. A reedição, com modificações, foi uma reivindicação da UNE e da UBES, já que o Congresso não a transformou em lei. A inclusão da expressão "mensalidade efetivamente cobrada", segundo as lideranças estudantis, é importante porque quebra a manobra dos donos de escola, que não cobraram o aumento sobre o preço pago, mas sim sobre o valor que eles julgam o real, sob alegação de que os descontos e bolsas não

entravam no cálculo do reajuste. Agora, a maior preocupação é fazer com que os empresários do ensino cumpram a lei, já que não cansam de afirmar que vão desrespeitar a MP 352 e a 349, que acaba com a proibição alunos inadimplentes de ter acesso a documentos, efetivar matrículas e realizar provas.

A decisão das entidades estudantis é de ingressar com ação na Justiça contra os donos de escolas que não cumprirem a lei. "Não é possível continuar sub-

metendo estudantes ao constrangimento de ser obrigado a sair da sala de aula porque atrasou o pagamento da mensalidade", afirma o presidente da UNE, Fernando Buárque Gusmão. Além disso, UNE e UBES estão trabalhando para arrecadar assi-

naturas de parlamentares favoráveis à instalação de uma CPI das Mensalidades no Congresso. No dia 29, os estudantes voltam às ruas para exigir que os donos de escolas cumpram as MPs e o Congresso aprove uma nova lei de mensalidades.

Nota de esclarecimento

Mauro Panzera
Coordenador da UBES

Maluf;

No último dia 16 de setembro diversas lideranças do movimento estudantil e da sociedade assistiram, surpresas, a inserção de uma entrevista comigo no programa do partido político do atual prefeito de São Paulo, Paulo Maluf. A entrevista foi concedida em meio a outras no ato de entrega do projeto de lei da prefeitura que colabora com a estrutura do XXX Congresso da UBES. Sobre isso gostaria de esclarecer o seguinte:

1. Nenhuma autorização para a utilização da imagem foi concedida ao partido político que a utilizou. A entrevista foi composta de perguntas e respostas, porém partes foram editadas na edição exibindo-se de forma que pudesse fundar a candidatura preferida pelo partido de

2. São públicas e notórias as divergências políticas e ideológicas entre as lideranças do movimento estudantil, nas quais me incluo, e o sr. Maluf;

3. A relação da UBES com a prefeitura de São Paulo tem caráter institucional e é do interesse dos estudantes. Qualquer prefeitura, mesmo a dirigida por Maluf, deve ter relação com os representantes da sociedade civil e fazer o máximo para atender suas reivindicações. Desta forma, conquistamos a meia-entrada em cinemas, teatros e estádios de futebol, a estrutura pra realização do XXX Congresso da UBES, a devolução do terreno da UNE no Rio, assim como queremos mais vitórias como a melhoria da educação pública municipal do município de São Paulo.

MOVIMENTO

Comunista

Golpe não resolve crise na Rússia

José Reinaldo Carvalho
Membro do CC do PCdoB

No mais recente episódio da crise política na Rússia prevaleceu a mão de ferro da ditadura. Contando com o apoio unânime dos países imperialistas, valendo-se da indiferença e apatia do povo, jogando com o imenso vazio político deixado pelas incoerências, vacilações, heterogeneidade e divisões nos setores oposicionistas, o histriônico presidente Bóris Yeltsin encetou mais um golpe de Estado, fechou o Parlamento e implantou o poder unipessoal.

Não há como disfarçar a natureza reacionária e antidemocrática do golpe nem seus objetivos. Yeltsin dá mais um passo adiante, na tumultuada trajetória de crises sucessivas na Rússia, para salvar e acelerar as reformas capitalistas e levar adiante o plano estratégico de transformar a Rússia num país capitalista-dependente atado por indissolúveis fios à engrenagem de dominação imperialista.

Dicotomia. Muito embora a falta de clareza programática do principal centro de poder resistente ao prosseguimento das reformas yeltsianas - o Parlamento - e malgrado a adesão ideológica das suas principais lideranças ao regime burguês, desde a dissolução da antiga União Soviética formara-se uma dicotomia entre o poder presidencial e o legislativo, uma espécie de dualidade de poderes que em certa medida obstaculizava a execução dos planos de Yeltsin e seus parceiros imperialistas.

Eleito num quadro político distinto e ainda nos marcos da antiga União Soviética, o Parlamento contava em suas fileiras com um relativamente numeroso grupo de deputados sensíveis às queixas e demandas da população quanto às chagas sociais surgidas com a restauração do capitalismo. A estabilidade dos preços, a garantia do emprego e outras importantes conquistas sociais foram perdidas pelo povo russo. No espaço de dois anos a antiga superpotência transformou-se num pobre país de Terceiro Mundo. O que a imprensa apresenta como "conservadores" são, na verdade, setores políticos que se opõem ao descabimento da situação econômica-social sob o comando do reacionário Yeltsin.

A permanência da disjuntiva colocava em risco a consecução dos planos imperialistas na Rússia. A eventual queda de Yeltsin, conquanto não representasse a restauração do socialismo, devido ao caráter de classe das forças oposicionistas mais influentes, acarretaria alteração de certa envergadura no quadro político, com repercussão na própria correlação de forças a nível mundial. Um risco que os círculos dominantes na Rússia e o imperialismo não estão dispostos a correr, mormente quando cresce a olhos vistos nos países do Leste europeu a resistência ao neoliberalismo. O resultado das eleições na Polônia, onde venceu uma aliança de esquerdas, a eleição há sete meses de um candidato identificado com o anterior regime na Lituânia, a projeção dos resultados eleitorais na Hungria em 1994 (hoje as pesquisas indicam probabilidade de vitória do antigo Partido Comunista), o caldeirão da crise social que ferve na antiga Alemanha Oriental - tudo isso soa como sinal de alerta nos centros imperialistas. Passado pouco tempo desde o vendaval contra-revolucionário que assolou a Europa do Leste, o imperialismo dá-se conta de quanto é precário e provisório o seu triunfo.

Resistência. Com matizes próprios, fruto da complexidade da situação do país, o fenômeno é o mesmo na Rússia, onde a resistência até agora se expressou em episódicas manifestações de rua e na oposição do Parlamento. O amadurecimento dessa resistência, entretanto, é lento e contraditório, o que se tornou evidente na impotência do Parlamento e na indiferença das massas em relação ao golpe de Yeltsin. Faz falta o desenvolvimento e a consolidação de uma força comunista, capaz de fazer com lucidez, prudência, maturidade e perspicácia, mas também com ousadia, uma justa avaliação crítica do período de construção do socialismo e uma necessária autocritica do período de vigência do revisionismo, de Krushev a Gorbachev. Sem tirar as lições da experiência histórica, não se poderá formular alternativas viáveis e apontar com êxito ao povo russo e demais povos da ex-União Soviética a perspectiva de conquistar um regime democrático avançado, a independência nacional e o progresso social.

De qualquer forma, é falso que Yeltsin tenha estabilizado seu poder. A própria continuidade de sua política reacionária e antipopular alimentará o prosseguimento da crise política, da resistência e da luta.

A maldição do império

Sérgio Barroso
Coordenador da CSC



JAILTON GARCIA

Conta-se que somavam um milhão de pessoas os bárbaros godos que atravessaram o rio Danúbio, forçados a uma aliança com a parte Oriental do Império romano. Séculos de tirania da expansão romana, a venalidade e estupidez dos generais do Imperador Valente, impuseram cruel opressão sobre a penúria de líderes famintos. Obrigavam-lhes a traficar filhos e filhas e cobravam preços exorbitantes por carne de cachorro ou animais mortos por doenças. Entre os séculos II e V d.C. duas grandes invasões dos ferozes e imensos guerreiros, que ainda mantinham leves traços escandinavos, destroçam o decadente império. Segundo Edward Gibbon, grande historiador do século XVIII, o declínio de Roma foi natural e inevitável, onde "a prosperidade fez com que amadurecesse o princípio da decadência"; e as causas da destruição se multipli-

caram com a extensão das conquistas.

Recentemente, o marxista inglês Eric Hobsbawn revelou estar espantado, ao constatar que no início deste século o capitalismo conseguia satisfazer 36% da população mundial; mas que agora, às portas do ano 2000, o regime dos monopólios sequer atende a 15% do status quo. Hobsbawn, sabe-se, fez tal observação depois que Paul Kennedy (*Ascensão e queda das grandes potências*) calculou ser impossível os EUA manterem seu aparato bélico convencional a postos para a guerra nos cinco Continentes. Kennedy se referia a decadência relativa do império norte-americano, às voltas com uma dívida de cerca de um trilhão de dólares, atolado na corrida armamentista (que autoalimenta a superpotência) e derrotado na competição tecnológica com o Japão e a Alemanha. Isto em 1986.

Sabe-se ainda que a maldição neoliberal, engendrada por Reagan-Bush-Thatcher, era uma resposta aos fenômenos relatados por Kennedy (e outros antes) aliados à queda das taxas de lucros, à estagnação econômica que então se insinuava na Europa e nos EUA. Entretanto, ano passado, pobres e miseráveis somavam 36 milhões nos EUA, cerca de 14% da população e mais de 6% desde o início da era Reagan. O desemprego, afirma Lester Thurow, do MIT, chegou em 1992 a cerca de 15%, se comparado aos padrões da crise de 29/30. E se Neil Postman, da universidade de Nova York falava em "avançado estado de putrefação" a situação dos valores morais norte-americanos, no início de 1993, hoje o quadro começa a ficar tenebroso. Após a rebelião de Los Angeles, por exemplo, (cujo saldo deixou 44 mortos, 2 mil feridos e 600 edifícios incendiados), a cidade se transformou num território militarizado e separado entre as células dos ricos e os "espaços de terror" onde polícia e negros e latinos travam batalhas cotidianas; guetos foram declarados enclaves sul-africanos com a polícia levantando barricadas e impondo toque de recolher, enquanto praias e mansões são sobrevoadas por helicópteros.

Consequências para a América Latina

No fundo do poço, o neoliberalismo inglês vem corroer o que restava do combalido ex-império britânico. Antes do thatcherismo a média anual de desempregados atingia 640 mil pessoas; entre 1979 e 1990 ela passou a dois milhões de desempregados anuais, chegando agora a mais de três milhões no Reino Unido. De acordo com Leila Tendrih (*Novos Estudos*, Cebrap, julho/93), pela primeira vez desde a Segunda Guerra Mundial reapareceram os pedintes, mendigos e os holerites; de 1979 a 1989 a renda dos mais pobres decresceu de 4,6% do total para 4,1%, tendo, por outro lado, os mais ricos aumentado suas rendas de 18,1% para 22,7% comprovando "aumento expressivo da concentração de riqueza no topo da pirâmide social", diz a economista. Força avançada da reação mundial (a Inglaterra foi o primeiro país a apoiar o golpe de setembro/93 do facista Boris Yeltsin), os conservadores britânicos intensificaram numa extensão *sem precedentes* os poderes da polícia e do Estado: aumento das restrições à liberdade de imprensa, interceptações de comunicações, aumento dos poderes do serviço secreto, aumento das restrições ao protesto público, etc. nos anos 80/90, ainda segundo Leila. E o torquiquete da ditadura burguesa a sustentar o liberalismo numa economia outrora fina-flor da oligarquia financeira, hoje aos pedaços.

Para a América Latina, estrategistas norte-americanos têm definido claramente

a operação (de sobrevivência) para seu império. Preconizam *crecente* abertura comercial; privatização *acelerada*; liberalização financeira *acelerada*; *desmonte* do Estado; *inexistência* de políticas sociais; política industrial e tecnológica *limitada ou nula*; *alto* desemprego e marginalidade. México e Argentina são exemplos a serem seguidos a ferro e fogo. Mesmo que o próprio ministro de Menem, o Sr. Cavallo, tenha anunciado, em fins de agosto: maio/92 a maio/93, o desemprego cresceu 44%, ou seja passou de 792 mil para 1.134 milhão de trabalhadores desempregados (a oposição afirma serem cerca de cinco milhões). Argentina é hoje um país inteiramente desindustrializado. Já o México, com o corrupto PRI de vésperas de eleição presidencial, divulgou recentemente a cifra oficial de desempregados: 1,2 milhão, sendo o governo contestado até por sindicatos ligados ao PRI: são cinco milhões de desempregados e 12 milhões de subempregados, dizem. São 40 milhões de mexicanos, hoje, os pobres e 17 milhões de miseráveis, diz o Banco Mundial, saudando as reformas.

O fato é que a crise estrutural da economia norte-americana já ultrapassa os dez anos. Seu declínio se acentua com o fim da bipolaridade. Os reflexos na América Latina são difíceis de prever", diz Celso Furtado. Mas é difícil concluir, que o amaldiçoado império será destruído. (S.B)

O golpe na Rússia

▼ O presidente russo, Boris Yeltsin, decidiu imitar o peruano Fujimori e deflagrou, na última terça-feira (21/09/93), um golpe de Estado no país.

Umberto Martins

Violando a Constituição, Boris Yeltsin decretou a dissolução do Parlamento e convocou, para dezembro, novas eleições para o legislativo. Até quinta-feira (23/09) a crise de poder não tinha sido solucionada, embora as notícias provenientes de Moscou indicassem uma evolução favorável aos golpistas. Eles conquistaram o imediato apoio dos EUA e outras potências capitalistas e, através do ministro de Defesa, general Pavel Gratchov, anunciaram o controle sobre as Forças Armadas, embora os sinais de divisão na oficialidade não tivessem desaparecido. Contavam, ainda, com o respaldo de grande parte dos governos nos países que constituíam a antiga União Soviética, enquanto as 88 unidades administrativas da Federação Russa pareciam divididas.

A liderança do Parlamento (presidido por Ruslan Khasbutalov) reagiu ao golpe, destituindo Boris Yeltsin da Presidência e nomeando para seu lugar o vice-presidente, general Alexander Rutskoi. Organizações de esquerda e nacionalistas promoveram manifestações de solidariedade aos deputados, inclusive erguendo barricadas diante do Parlamento. Conforme informações publicadas pelo jornal *Diário Popular* (23/09/93, página 12), 10 mil pessoas participavam da resistência ao golpe. Muitos compareceram ao protesto armados com metralhadoras e dispostos a matar ou morrer na guerra contra o Fujimori russo. Não obstante, a grande maioria da população aparentava uma formidável apatia diante da crise, de forma que a força com potencial para funcionar como árbitro final do conflito permanecia neutra e inaproveitada.

Na corda bamba. Na quinta-feira o futuro do golpe ainda era incerto. Os observadores especulavam com vários cenários e possibilidades, inclusive a derrota de Yeltsin, sua vitória ou mesmo um empate, que foi a alternativa sugerida pela presidente do Tribunal Constitucional, Valeri Zorkin, na forma de eleições simultâneas para o Parlamento e a Presidência. Nenhuma hipótese podia ser descartada.

Quaisquer que sejam os desdobramentos da crise, é mais do que improvável a obtenção de estabilidade política a curto ou médio prazo naquele país, que deverá continuar se equilibrando na corda bamba. As causas mais profundas das perturbações institucionais, radicadas na economia e em dramáticas

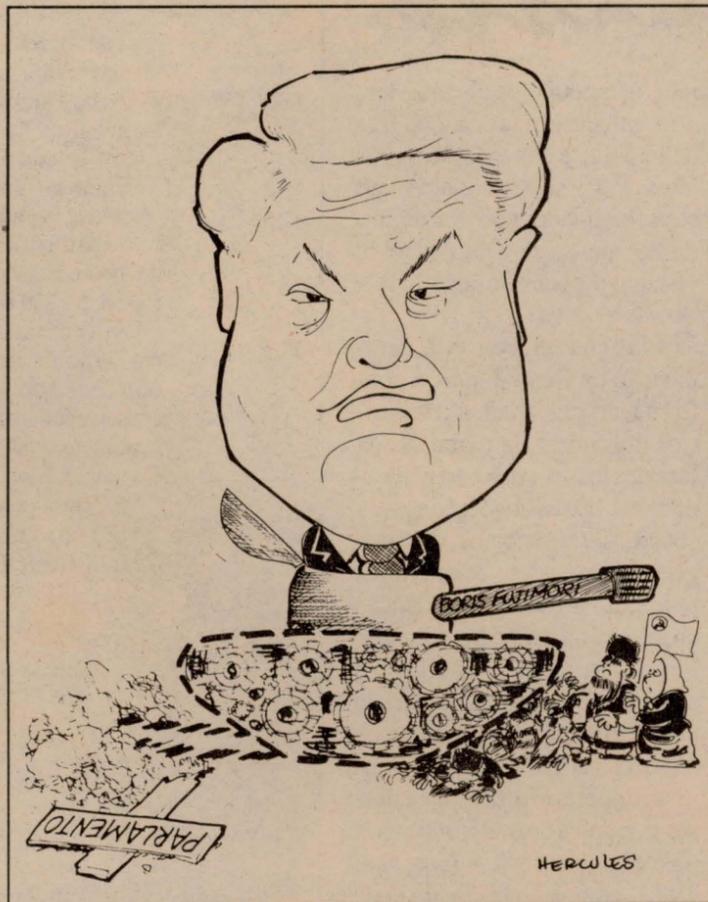
alterações nas relações entre as classes, ainda não foram e dificilmente serão removidas de uma hora para outra.

Além de evidenciar a hipocrisia da burguesia, o golpe de Estado revela a notável fragilidade do poder capitalista na Rússia e, de quebra, os muitos dilemas da transição em curso (para a decantada economia de mercado). Seus agentes (e aí cabe destacar a representação direta ou indireta do imperialismo) estão conscientes de que não é possível prosseguir com as reformas num ambiente de liberdade e democracia. Daí o recurso, sem remorsos (salvo honrosas exceções), à *fujimorização*. O tempo dirá se eles dispõem de fôlego e força para sustentar uma ditadura.

Nem mesmo uma eventual consolidação do golpe poderá ser cantado como uma grande vitória da burguesia. Os acontecimentos desses dias devem ser observados à luz da experiência recente do povo russo.

Recordemos alguns fatos. Boris Yeltsin recebeu uma votação consagradora nas eleições para presidente da Rússia. Em agosto de 1991, ao derrotar o golpe militar que visava impedir a liquidação da URSS, ele teve um apoio popular que podemos colocar na conta dos expressivos. Quem tem boa memória deve lembrar que à época prevalecia a forte impressão de que o poder da burguesia estaria consolidado por muitos anos, senão por décadas.

Pouco mais de dois anos após o contragolpe, seus resultados se mostram trágicos. Boris Yeltsin (que havia sido apresentado ao mundo pela poderosa mídia dos imperialistas como campeão da democracia e dos direitos humanos) teve de recorrer ao golpe na tentativa de calar a oposição. O presidente e seu governo caíram no descrédito



popular.

Mergulhada no colapso econômico e na balbúrdia institucional, a Rússia é um país em frangalhos, com todas as instituições desmoralizadas, a corrupção como lei, modo de vida e enriquecimento, um refém do imperialismo (em particular dos EUA), onde "apenas os criminosos prosperam", conforme bem notou a aposentada Raíssa Fyodorovna, em entrevista a um jornalista estrangeiro.

O grande herói da burguesia já não pode contar com multidões a favor de sua política nas ruas de Moscou (paisagens semelhantes já são coisas do passado) e tudo que consegue hoje é manobrar com certa habilidade no vácuo da indiferença popular. A apatia das

massas, entretanto, é uma arma de dois gumes. Os humores da consciência russa podem mudar a qualquer momento.

As mudanças se sucedem com invulgar rapidez na Rússia e é preciso ignorar o senso comum para não ser surpreendido pelos fatos. A história vem descrevendo caminhos imprevisíveis, mas é sempre bom lembrar que a crise da transição ao capitalismo naquele país e em outros da região transcurre combinada e condicionada às crises econômicas e geopolíticas que abalam a ordem imperialista.

As possibilidades que o futuro carrega são muitas, talvez obscuras, porém não incluem a de estabilidade política sob o capitalismo.

Polônia: voto contra o projeto capitalista

As eleições realizadas no último final de semana na Polônia reservaram uma má notícia para o capitalismo. As forças políticas que comandavam o processo de transição à chamada economia de mercado amargaram uma humilhante derrota. Resultados ainda não oficializados indicam que enquanto o Solidariedade obteve apenas 5% dos votos e a União Democrática (governista) 10,5%, o antigo POUP, rebatizado de Aliança Democrática de Esquerda (ADE), abocanhou 20,6%, cabendo o segundo lugar ao Partido Camponês (PC), com 15,2%. Lembremos que ADE e PC eram os partidos que sustentavam o antigo regime polonês, dito socialista, cujo fim deu lugar ao governo do Solidariedade. Este, com as bênçãos do papa e o financiamento de Reagan, impulsionou o projeto de restauração capitalista.

A reforma da economia polonesa, baseada em idéias atribuídas ao norte-americano Jeffrey Sachs, vinha sendo interpretada como a receita ideal para o sucesso. Aparentemente o país iniciara um processo de lenta recuperação, depois do colapso industrial. As mais recentes estimativas dão conta de uma evolução positiva do PIB neste ano, à taxa de 4%, a maior na

mediocridade geral da Europa, a inflação declinou sensivelmente, para cerca de 34% ao ano. Os ideólogos burgueses mais afoitos logo identificaram uma luz no fim do túnel, mas tudo indica que este é bem maior do que se imagina.

Os indicadores de recuperação empalidecem diante do elevado custo da transição capitalista. Para uma taxa de desemprego próxima do zero garantida pelo regime anterior, as reformas ditadas pelo imperialismo cobraram o emprego de 2,8 milhões de trabalhadores. Mais de 15% da população economicamente ativa não encontra ocupação atualmente. O padrão médio de vida dos poloneses sofreu drástica redução.

O proletariado polonês parece ter percebido que tinha sido iludido e traído pelas lideranças do Solidariedade, especialmente por Lech Walesa, que prometeu pouco menos que o paraíso na tão badalada era do "pós-comunismo". Os fatos falaram mais alto que o marketing burguês. O resultado das eleições reflete a contradição entre as promessas de prosperidade, feitas pelos reformadores, e a realidade miserável da transição capitalista na consciência das massas polonesas.

É preciso manter uma perspectiva cautelosa sobre os desdobramentos do pleito. A

marcha das reformas capitalistas já não será a mesma. A esquerda venceu porque condenou o projeto de transição burguesa e, por esta razão, esteve em sintonia com o sentimento do eleitorado. Porém, a ADE renovou sua profissão de fé social-democrata e faz questão de deixar claro que também é partidária da economia de mercado, embora mitigada com um sistema de proteção social aos mais desfavorecidos. Ninguém está autorizado a esperar uma revolução socialista, mas a importância dos resultados das últimas eleições na Polônia não reside principalmente nas suas repercussões sobre os dilemas domésticos. Estaremos mais próximos do seu significado se soubermos interpretá-los como um sinal da tendência do desenvolvimento da luta de classes nos países que outrora constituíram um campo socialista, especialmente na ex-URSS e, dentro desta, na Rússia.

O recado das urnas é inofensível: o projeto de transição capitalista já não conta com apoio popular expressivo. Os trabalhadores procuram uma alternativa. O vento sinuoso da história antecipa soprar em direção de Deus, varrer com violência os sonhos de eternidade burguesa. E, ainda e talvez a cada dia menos, apenas uma questão de tempo. (U.M.)

OLP - vitória parcial

José Reinaldo Carvalho
Membro do CC do PCdoB

A Direção Nacional do PCdoB enviou ao representante diplomático da Organização pela Libertação da Palestina no Brasil, Dr. Ahmad Sobeh, e por seu intermédio ao líder da OLP, Yasser Arafat, telegrama de congratulações "pelos progressos alcançados no acordo firmado com o governo israelense". A saudação destaca ainda que "a recuperação de parte dos territórios ilegalmente ocupados por Israel, o reconhecimento oficial do povo palestino e da OLP constituem importantes passos em sua justa luta pela liberdade, a soberania e a autodeterminação". É uma posição coerente com a política do Partido de irrestrita solidariedade à luta pela libertação nacional dos povos, uma justa valorização das vitórias, ainda que limitadas e parciais, na longa e acidentada trajetória de combate das forças progressistas em todo o mundo.

O acordo OLP-Israel é parcial, não consagra a obtenção de todas as conquistas pelas quais se bate há décadas o povo palestino, nem significa o estabelecimento definitivo da paz no Oriente Médio. Traduz a correlação de forças atual no mundo, ainda desfavorável às correntes que lutam pela emancipação nacional e social. Nesse quadro, com habilidade conquistou alguns pontos.

Do ponto de vista de Israel, tornou-se evidente que a guerra prolongada cria inevitáveis problemas internos, de natureza política, social e econômica. É elevadíssimo o custo de uma guerra por objetivos injustos. É notório ainda o isolamento político-diplomático do sionismo, que apesar da arrogância, do militarismo e da retaguarda norte-americana, amargou pesadas derrotas nos fóruns internacionais. A OLP, ao contrário, acumulou prestígio e granjeou ampla solidariedade internacional. Por outro lado, nas negociações e no acordo estão também presentes os interesses dos imperialistas norte-americanos, atualmente mais voltados na região para o combate ao Irã, ao Iraque e à Síria, países que em graus diferenciados e distintas razões resistem ao domínio imperialista na região.

O jornalista e verador capixaba Namychequer (PCdoB) escreveu artigos nos principais órgãos da imprensa de Vitória (ES) e pronunciou discurso na Câmara Municipal solidarizando-se com a OLP pela assinatura do "acordo Gaza-Jericó". Namy ressaltou que "não adiantaram os sucessivos massacres do sionismo contra o povo palestino, pois politicamente Israel sempre perdeu." Para o verador comunista, "tão importante como a devolução da faixa de Gaza e de Jericó ao controle dos palestinos, é o reconhecimento, por parte de Israel, da OLP. Reconhecer a OLP é reconhecer a existência do povo, que tem seus direitos inalienáveis - entre eles o da autodeterminação. São questões indissolúveis: povo-direitos-autodeterminação. Isso significa que é impossível o acordo ficar em posição estática, liberando apenas Gaza e Jericó. O que está em jogo é apenas uma nova etapa na luta dos palestinos." (U.M.)

CONSCIÊNCIA Socialista

Alianças e mudança política

Renato Rabelo
Membro do CC do PCdoB

O Partido Comunista do Brasil muito tem avançado na compreensão da necessidade da frente-única como meio indispensável para se atingir os objetivos táticos e estratégicos. Sozinhos ou isolados não alcançaremos nenhuma vitória política relevante. Entretanto, ainda são muitos os que não entenderam o essencial do papel de alianças para a luta do proletariado. De onde provém essa incompreensão?

Acreditamos que as influências sectárias e corporativistas, expressões das camadas intermediárias que crescem na sociedade capitalista, exercem como sempre sua pressão, transplantando tradições, métodos revolucionários e relacionamentos políticos de um período para outro em que as condições são diferentes. É interessante apreciar, que esses setores sociais médios, pequeno-burgueses, que por um lado influenciam a classe operária com ilusões democrático-liberais, por outro lado, atraem muitas vezes essa classe para o jogo do radicalismo. Por isso, não é estranho, frequentemente, a combinação de reformismo ou economicismo com estreiteza política. Esses setores desconhecem o verdadeiro nível da batalha em curso, ou ainda confundem a relação da luta de um setor sindical com o conjunto da luta política, contribuindo para o próprio enfraquecimento da finalidade pretendida. Assim, as alianças necessárias não são construídas.

Frente-única. Não basta o reconhecimento teórico e abstrato da necessidade da frente-única, sem o domínio exato da realidade e sobretudo sem a justa aplicação dessa verdade a circunstâncias determinadas. Se na natureza ou na sociedade "todos os limites são móveis e convencionais até certo ponto", como afirma Lênin, essa definição é primordial para entender o desenvolvimento das alianças políticas. O tipo de relações com os aliados fundamentais não é permanente e as alianças temporárias variam, podendo até mesmo o inimigo do passado passar a ser o amigo de hoje, conforme a evolução do combate das classes. Porque, na luta política, não devemos perder de vista os objetivos maiores, estratégicos. Po-

rém, não podemos alcançá-los, sem ganhar a maioria dos trabalhadores e das massas populares. Por isso, as alianças têm essa finalidade: poder atingir e reunir maior parcela do povo, visando o poder político.

Mudanças na frente. A composição da frente-única, a conformação dos aliados transitórios dependem da realidade da luta de classes e das particularidades e casualidades da vida social. Os momentos de viragem histórica ou reviravoltas políticas, provocam mudanças na tática e na própria estratégia, condicionando assim o surgimento de novos aliados e até redefinição dos inimigos. A história do movimento comunista e operário está repleta desses exemplos de transformações nas alianças. Na China, em 1937, com a invasão do país pelo imperialismo japonês, o Partido Comunista propôs uma aliança com o general Chan-Kai-Chec, seu inimigo número um, chefe da contra-revolução chinesa, tendo em vista a expulsão do invasor. Muda assim as alianças e o inimigo. Na prática esse general não chegou a cumprir os acordos da aliança, mas acabou sendo neutralizado nos seus intentos anticomunistas e antipopulares. Com essa manobra política de longo alcance, o PC da China passou a ser o fator decisivo para a vitória na guerra antijaponesa. Ganhou a confiança do povo chinês e cresceu significativamente, tornando-se capaz de conquistar o poder em 1949, em toda a China.

Época de viragem. Hoje, como sabemos, vivemos uma época de viragem e reviravoltas políticas importantes. A luta pelo socialismo se livra do simplismo e ganha conceitos teóricos atuais. A luta pela independência e soberania nacionais ganha nova expressão e particularidade. Inimigos de ontem são empurrados forçosamente mais ou menos para o nosso lado. Devemos rejeitá-los? O PCdoB é um partido político com objetivos táticos e estratégicos definidos. Não podemos dar-lhes as costas porque antes eram nossos ferrenhos inimigos. Não é correto ver as mudanças atuais como casuais ou algo pessoal. Ao contrário, essa viragem é expressão de uma realidade mundial e nacional em mutação, contraditória, que envolve centenas de nações e milhões de pessoas. Somente com essa visão podemos ampliar nossas forças e caminhar para a união do povo como garantia da vitória.

Encontro histórico no Paraná

Até dezembro próximo, o PCdoB deverá estar organizado em pelo menos 75 municípios do Paraná. Esta decisão do Diretório Regional do Partido foi ratificada pelo Encontro Estadual de dirigentes comunistas, realizado no último dia 19, na sede da Universidade Popular do trabalho, em Curitiba, com a participação de 300 líderes partidários de todo o Estado. O Encontro ainda reafirmou a decisão de conclamar os demais partidos democráticos a um esforço de unidade em torno de uma agenda mínima com o objetivo de barrar o avanço do conservadorismo no Paraná, capitaneado pelo banqueiro, senador e ministro da Indústria e Comércio, José Eduardo de Andrade Vieira.

Com a presença do deputado estadual Jamil Murad (PCdoB-SP), representando o Comitê Central, o Encontro examinou a

situação do país e do Estado, a participação do Partido nas eleições de 1994, o quadro de alianças, a ampliação orgânica e a preparação da Conferência Regional Ordinária marcada para os dias 11 e 12 de dezembro. A abertura do Encontro foi um ato contra a revisão constitucional que contou com a presença das direções do PT, PDT, PCB e MR-8, além de representações sindicais.

Após ter participado ativa e até decisivamente da vida política do Paraná no primeiro semestre deste ano - nomeadamente na luta contra a privatização da Ultrafértil, na defesa do mandato do governador Roberto Requião e no movimento estudantil - o Partido deverá reforçar, no segundo semestre (sem recuar na ação política) sua organização interna. Neste sentido, o Encontro do dia 19 foi um primeiro passo a ser seguido pelo processo de preparação da Conferência de dezembro, a formação de comissões provisórias em pelo menos 75 municípios do Estado até o final do ano e atividades de formação teórica e política.

O Partido, do ponto de vista político, concentrará sua atenção imediata na articulação social e interpartidária contra a revisão constitucional e iniciará conversações em torno de uma agenda mínima capaz de unificar os setores democráticos contra a ofensiva da direita no Estado.



Mesa do Encontro no Paraná

Convenção em Brasília

Cerca de 150 pessoas lotaram o auditório da Associação Médica em Brasília para participar da Convenção que formalizou o registro legal do Partido no Distrito Federal, no último dia 19. Este foi o coroamento do esforço do coletivo partidário que ganhou novos filiados para as propostas do PCdoB e registrou mais zonais que o necessário para a legalização. Expressão desse esforço foi a presença na Convenção de representantes não só do Plano Piloto como das cidades de Guará, Paranoá, Planaltina, Brasília, Núcleo Bandeirantes, Gama, Sobradinho e

Ceilândia. A Convenção também constituiu-se num ato político contra a revisão constitucional, coordenado pelo presidente do Partido no Distrito Federal, Messias de Souza. Contou com a participação da representante da Executiva Nacional do PCdoB, Ana Rocha, e de personalidades locais como o deputado do PCdoB, Agnelo Queiroz, do senador do PP, Pedro Teixeira, do deputado do PT, Euripedes Camargo, e de representantes do PDT, do MR-8, do PCB, além de entidades como a Conam, Ubes e UJS.

Por um PCdoB forte

"Inicia-se uma nova etapa na existência do PCdoB em Pernambuco", é a impressão que ficou para os 126 militantes que participaram da 7ª Conferência Regional do PCdoB, entre os dias 28 e 29 de agosto, no Clube de Engenharia, em Recife. Presidida pelo deputado federal Renildo Calheiros, a Conferência transcorreu em clima atento e entusiasta.

O representante da Comissão Política do Comitê Central, José Reinaldo Carvalho, analisou a situação no mundo e no país e as tarefas atuais do PCdoB. Sob forte emoção ouviu-se a homenagem a Rogério Lustosa, a cargo de Guido Bianchi.

A 7ª Conferência empreendeu denso movimento renovador nas fileiras partidárias, intensificado nos últimos três meses. Sistematizou a experiência acumulada pelo Partido em Pernambuco ao longo de uma década e meia - com ênfase na avaliação crítica da conduta tática, da condução das lutas eleitorais e do

modo como se procurou resolver, até então, os problemas organizativos. O informe PCdoB Forte na Luta pelo Socialismo, apresentado por Luciano Siqueira, em nome do antigo Comitê Regional, indica uma nova abordagem da inserção do Partido no cenário político e uma política de organização adaptada às peculiaridades estaduais.

A conquista de posições na frente parlamentar e nas organizações de massas; a revolucionarização do trabalho do Partido entre as massas e o combate teórico e político às correntes oportunistas são indicados como pressupostos do êxito tático.

Prioridade da atuação do Partido, imediatamente, é a resistência ao golpe da revisão constitucional - um modo prático de abordar a luta pelo socialismo. A 7ª Conferência decidiu promover um movimento de filiação cuja meta é alcançar, até junho de 1994, 10 mil filiados.

Dicionário Marxista

Madalena Guasco Peixoto
Professora de Filosofia da PUC-SP

Leis Históricas do Desenvolvimento da Sociedade - O marxismo revela que a História no conjunto da casualidade, possui nexos que podem revelar ao Homem uma lógica Geral da História da Sociedade. Esta lógica revela as leis, que expressa nexos e revelações, ligadas à essência da natureza dos fenômenos ou processos. O marxismo, ao revelar que a História tem leis objetivas, e que existe nos inúmeros fatos isolados nexos gerais, não fortalece, como muitos dizem, o fatalismo, e nem nega a atividade consciente dos homens. O marxismo afirma que a necessidade histórica não se compõe à margem da

Homem, as através desta ação. O reconhecimento da necessidade histórica das leis objetivas do desenvolvimento social, nada tem em comum com a passividade, a acomodação ou a negação da ação do sujeito. Ao contrário, o marxismo ao revelar a existência de leis objetivas coloca como fundamental a ação consciente dos homens na História. As categorias mais gerais que o materialismo histórico revela são: modo de produção, processo de produção, trabalho, forças produtivas, relações sociais de produção, base econômica, base material e situação

Centro de Documentação e Memória
Maurício Grabois

Dicas

Brasil tem fome de democracia



O Fórum Nacional de Democratização da Comunicação planejou uma série de atos públicos pelo país, para marcar presença em sua luta em defesa do projeto de lei da Informação Democrática (Lei Zaire Rezende, número 2735/92). Esse projeto de lei, que tramita pela Câmara Federal desde 9 de abril de 1992, foi elaborado por profissionais da área e conta com adesão de quase todos os partidos e entidades da sociedade civil. As manifestações mais importantes ficaram para o Dia Nacional de Luta pela Democratização da Comunicação, 24 de setembro.

O professor da ECA-USP, José Carlos Rocha, afirma que a Lei Zaire Rezende visa "revolucionar as relações sociais e políticas no Brasil, através de um novo sistema de Comunicação Social." Ele acredita também na necessi-

dade de levar essa luta para as massas. Por isso, o slogan do Comitê de São Paulo é *Democracia na Comunicação para acabar com as fomes do Brasil*, e explica que "o país tem fome de pão, de informação, de esperança, de dignidade, de solidariedade, de dizer e de fazer, enfim de comunicar".

Outra questão determinada como fundamental para a conquista da cidadania, pelo professor Rocha refere-se aos preceitos estabelecidos pelo projeto de lei da Informação Democrática. O projeto, se aprovado, assegurará a revelação total da verdade dos fatos, com a obrigatoriedade de se publicar sempre os dois lados com as versões simultâneas das partes envolvidas. Estabelece ainda que ninguém poderá controlar mais de 30% da Comunicação Social em nenhuma localidade do país, para acabar com o monopólio da Comunicação.

Mais importante do que a lei, para o professor Rocha, porém, é a tarefa de conscientizar a população para a importância do direito de Informação e Comunicação. Somente assim a cidadania será conquistada por todos os brasileiros, pois "sem a democratização da Comunicação, não haverá democracia no país", afirma. (M.R.)

Reforma agrária em vídeo

O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) e a Universidade de Brasília (UnB) definiram o tema *Reforma e Desenvolvimento Agrários para o 2º Concurso Nacional de Vídeo Terra*. A intenção dos organizadores é retirar o caráter conflitivo que o tema apresenta. O prazo de inscrição vai até 30 de setembro. O Concurso conta com o apoio da Organização das Nações Unidas para a Agricultura (FAO), da Fundação Banco do Brasil e do Serviço Social do Comércio (Sesc).

A comissão julgadora do *Video Terra* é formada por Tizuka Yamazaki, Vladimir Carvalho, Hermano Penna, Washington



Novaes, Marcos Silva, Climério Ferreira, José D'Arrochela Lobo e Manuel Calvelo Rios. Serão distribuídos, ainda, seis prêmios no valor de 6 mil dólares, além do troféu Ivan Ribeiro, para os formatos VHS, S-VHS, U-MATIC ou BETACAM. Os vídeos selecionados passarão a fazer parte das 11 videotecas da Terra, mantidas em vários pontos do país. Brasília vai sediar o 2º *Video Terra* a se realizar de 27 a 29 de outubro. Maiores informações com a Comissão Organizadora na sede do Incra: SBN, Edifício Palácio do Desenvolvimento, 18º andar - sala 1814 - CEP 70057-900. Ou pelo telefone (061) 225-0636.

Cultura



CRABIEL DE PAIVA

Torcida fez a sua parte no Maracanã

A sagração do craque no templo do futebol

José Reinaldo Carvalho

Dizia Nelson Rodrigues, na época de ouro da Seleção Brasileira, quando nossos estádios eram enfeitados vales de glória e paixão, e cemitério dos adversários, que "o perigo viriliza, entenece e ilumina o Brasil... desperta e açula no Brasil, sombrias potencialidades." Corria então a década de 60, quando fomos bicampeões mercê da magia genial de encantados craques. Pelé, Garrincha, Nilton Santos, Amarildo, Didi... Depois seríamos tricampeões no México, onde o craque brasileiro transformou em pó o futebol *anticientífico* dos europeus. O conceito gera polêmica, como polêmico é o futebol *científico* apregoados no velho Continente e mal copiado aqui pelos *Cláudios Coutinhos, Zagalos* e seus discípulos. O espaço exíguo não permite discutir o assunto, mas o chamado futebol *científico* torna-se na sua antítese porque seus apregoeiros descartam dele a vida e a alegria. É *anticientífico* porque *antinatural*. Nada, portanto, de descartar a ciência no futebol. Mas se a vida fica de fora, a ciência em questão não passa de sofisma, sinônimo de mais ignorante.

O que ocorreu domingo no Maracanã, o maior templo pagão do mundo, onde a alegria é um vagido de gol saindo das entranhas de 150 milhões e a tristeza é a ira expressa em sonoros palavrões, foi a celebração do incomparável es-

petáculo do reencontro do futebol com a vida. Em tarde gloriosa, velhos e meninos, caras pintadas de verde-amarelo, vestidos de bandeira, semblante iluminado pelo sol-esperança, às vezes crispado pela sombra do perigo, não assistiram apenas a um jogo de futebol, mas a uma cerimônia de ressurreição. Naquela tarde, naquele templo, na terra viçosa do futebol-arte, renasceu o craque e com ele a certeza de que, apesar da Comissão Técnica, da direção da CBF e de certa imprensa que no fundo torcia contra, o futebol brasileiro é o maior do mundo e um fortíssimo candidato ao tetra em 94.

Romário foi no jogo um gênio iluminado. A chama incandescente aos seus pés infernizou a defesa inimiga e massacrou o solitário e quase intransponível Siboldi. O craque nascido na escola cruzmaltina e hoje a figura máxima da grande área no futebol mundial, com sua atuação fulgurante e lampejos no ataque, fez dois gols. Poderia ter feito mais três. Mas 2 a zero, convenhamos, é de bom tamanho para uma nervosa final de Elimina-tórias.

Para nossa grandeza, porém, e para alimentar as esperanças de conquistar o tetra, não foi somente Romário o craque redivivo. No templo do futebol, nos deslumbramos também com a sagração de Bebeto, sem dúvida o melhor jogador de toda a campanha. e aplaudimos o futebol moderno de Jorginho, Ricardo Rocha e Ricardo Gomes. E até (por que não?) as eficientíssimas atuações de Mauro Silva, Branco, Dunga e Zinho.

Nelson Rodrigues estava certo. Domingo, no Maracanã, o perigo virilizou, iluminou o time, que não deixou o Uruguai jogar e enteneceu a torcida. Fizemos uma campanha apenas regular nas Elimina-tórias, apresentando um futebol sofrível, burocrático, insípido e recuado. Chegamos à final ameaçados pelo espectro da desclassificação. Uma maldita combinação de resultados (o empate da Bolívia com o Equador e uma derrota da Seleção para o Uruguai) nos deixaria fora da Copa.

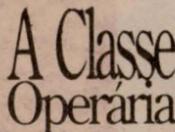
Foi o suficiente para acordar o Brasil, que, enternecido, saiu do Maracanã vertendo as doces lágrimas da vitória. O cântico e o sorriso da torcida nas arquibancadas, a reação ao perigo e a ternura da bola na rede nos dizem que o Brasil (ainda) não perdeu a auto-estima nem a esperança. Viva o Brasil e vivam seus craques!

ASSINE A CLASSE

Nome _____
 Endereço _____
 Bairro _____ CEP _____ Telefone _____
 Cidade _____ Estado _____
 Profissão _____ Data ____/____/____

Assinatura semestral: Cr\$ 1.800,00 - Assinatura trimestral: Cr\$ 900,00
 Assinatura semestral de apoio: Cr\$ 3.000,00

Preencha e envie hoje mesmo este talão para a **A Classe Operária**. Não mande dinheiro. Mande cheque nominal e cruzado, ou vale postal, em nome da Empresa Jornalística A Classe Operária Ltda. - Rua Adoniran Barbosa, 53 - Bela Vista - São Paulo - SP - CEP 01318-020 - Fone (011) 34-4140 - Fax (011) 36-0412.



Diretor e Jornalista Responsável: João Amazonas - **Editora:** Ana Maria Rocha - **Redação:** Dilemmando Toni, Guiomar Prates, Sueli Scutti, Marcos Ruy **Correspondentes:** Calucho Carvalho (BA), José Ribamar Praseres (MA), Linduarte Júnior (PE), Luciana Costa (PA), Marcos Lopes (PI) Niura Delfort (SE) - **Colaboradores:** Altamiro Borges, Antonio Carlos Queiroz, Bernardo Joffily, Carlos H. Vasconcelos, Carlos Pompe, José Reinaldo Carvalho, José Carlos Ruy, Jefferson Barros, Juarez Tadeu, Lejeune Mato Grosso, Moacyr de Oliveira Filho, Olivia Rangel, Pedro Augusto Pereira, Pedro de Oliveira, Umberto Martins - **Projeto Gráfico:** Auracebio Pereira - **Diagramação:** José Luis Muñera Reyes - **Composição e Arte Final:** Compuart - Fone: (011) 251-1571 - **Fotolito:** Enloque Impressão: Central Print - **Administração:** Vera Lúcia Lopes da Silva - **Fotografia:** Leandro Shilipake - **Secretaria:** Sílvia Regina Lopes - **Revisão:** Alexandra Araújo e Márcia Saraiva - **Publicação** quinzenal da Empresa Jornalística **A Classe Operária** - Rua Adoniran Barbosa, 53 - Bela Vista - São Paulo-SP - CEP 01318-020 - Fone: (011) 34-4140 - Fax: (011) 36-0412

Sedes Regionais do PCdoB

ACRE - Rio Branco - R. Rio Grande do Sul, 65 - (068) 224-7329 - ALAGOAS - Maceió - Av. Moreira e Silva, 430 - Farol - (082) 221-4634 - AMAZONAS - Manaus - R. Luiz Antony, 762 - Centro - (092) 233-7717 - AMAPÁ - Macapá - Av. Feliciano Coelho, 882 - Bairro do Trem - BAHIA - Salvador - R. José Duarte, 5 - Tororó - (071) 321-6420/321-6622 - CEARÁ - Fortaleza - R. São Paulo, 1.037 - Centro - (085) 221-4090 - DISTRITO FEDERAL - Brasília - HIGS 704, Bloco G, Casa 67 - (061) 225-8202/225-3933 - ESPÍRITO SANTO - Vitória - R. Prof. Baltazar, 152 - Centro - (027) 222-8162 - GOIÁS - Goiânia - Av. Anhangüera, 3599 - Ed. São Luís - 3º andar - Centro - (062) 212-4014 - MARANHÃO - São Luís - R. Yvana Vaz, 110 - Centro - (098) 222-5295 - MINAS GERAIS - Belo Horizonte - R. Padre Belchior, 285 - Centro - (031) 222-3161 - MATO GROSSO DO SUL - Campo Grande - Rua 13 de Maio, 3.853 - Sala 1 - Centro - (057) 721-1390 - MATO GROSSO - Cuiabá - R. Comandante Costa, 548 - Centro - (065) 321-5095 - PARÁ - Belém - R. Manoel Barata, 1157 - Reduto - (091) 222-8733 - PARAÍBA - João Pessoa - R. Pedro II, 932 - Centro - (083) 221-8325 - PERNAMBUCO - Recife - R. Afonso Pena, 233 - Boa Vista - (081) 231-2038 - PIAUÍ - Teresina - R. Desembargador Freitas, 1.216 - Centro - (086) 221-1162 - PARANÁ - Curitiba - R. André de Barros, 26 - Casa 6 - Centro - (041) 223-5920 - RIO DE JANEIRO - Rio de Janeiro - Av. 13 de Maio, 33 - 16º andar - Conj. 1601 - Centro - (021) 240-5286/532-4118 - RIO DE NEGRÓ - Natal - R. Vitorino Guimarães, 86 - Centro - (084) 222-6323 - RONDÔNIA - Porto Velho - R. 11 casa 365 Conjunto Chagas Neto - (069) 222-4242 - RORAIMA - Boa Vista - Av. Capitão Júlio Bezerra, 953 - São Francisco - (095) 225-1546 - RIO GRANDE DO SUL - Porto Alegre - R. Dr. Vale, 142 - Floresta - (051) 228-5152 - SANTA CATARINA - Florianópolis - Av. Mauro Ramos, 475 - Centro - (0482) 24-1927 - SERGIPE - Aracaju - R. Lagarto, 890 - Centro - (079) 224-8664 - SÃO PAULO - São Paulo - R. Condessa de São Joaquim, 272 - Liberdade - (011) 37-8483 - TOCANTINS - Gurupi - Avenida Goiás, 1962b - Centro.

Especial

1893-1993

MÁRIO DE ANDRADE

▼ Há cem anos, em 9 de outubro de 1893, nascia no número 320 da rua Aurora, no centropaulistano, Mário Raul de Moraes Andrade. Sempre em São Paulo, viveu no largo do Paissandu e na rua Lopes Chaves, na Barra Funda, onde um infarto o levou na manhã de 25 de fevereiro de 1945. Será que levou mesmo?

Roniwalter Jatobá *

Mário de Andrade continua cada vez mais vivo. Nas últimas cinco décadas, importantes obras póstumas saltam de seus inesgotáveis baús, e o que vem à tona é o melhor do escritor: o sensível cronista de *Táxi*, de 1976; o viajante preocupado com o seu país em *O turista aprendiz*, diários de suas incursões pelo Norte e Nordeste, de 1977; também desse ano é o *Banquete*, fascinante diálogo onde Mário não poupa críticas às classes dominantes; o *Dicionário musical brasileiro*, com 701 páginas e 3754 verbetes, de 1989; as crônicas de *Será o Benedito!*, visão das andanças pelo Brasil. Do IEB (Instituto de Estudos Brasileiros) da USP, onde está o acervo de Mário, devem sair um precioso *Curso de Filosofia e História de Arte*; *Vida de cantador*, livro sobre o cantador paraibano Chico Antonio; e o álbum *Mário fotógrafo*.

Num verso famoso, assim se definiu Mário "Eu sou trezentos, sou trezentos e cinquenta". E o foi, realmente. Músico, musicólogo, professor de estética e história da música, poeta, ficcionista, cronista, ensaísta e crítico literário e de artes plásticas, folclorista, etnógrafo, fotógrafo, administrador cultural e, como gostava de

dizer, entre sério e pândego, "grande e maluco escrevedor de cartas". Enviou mais de três mil, deixando sua marca na formação de autores como Carlos Drummond de Andrade, Pedro Nava e Fernando Sabino, entre muitos outros.

Mário de Andrade foi, sem dúvida, um dos mais sérios e provavelmente o maior trabalhador intelectual brasileiro deste século. Como artista, não se negou a mergulhar fundo em nossas raízes mais verdadeiras, defendendo e incentivando uma revolucionária e intransigente revelação da identidade nacional, a partir da compreensão dos mais autênticos e irreverentes valores populares. Já nos anos 20, cobrava uma posição decente da burguesia brasileira, que ainda hoje continua insensível às aspirações país. "Precisa-se fazendeiros, sitiantes, criadores, senhores de engenho, bem baludos que não careçam de ganhar pão-de-cada-dia e tendo compreensão enérgica do próprio destino para em vez de andarem bestando do Brasil pra França, pra Suíça, se meterem na gerência da Monarquia Masorca Corporation sem intenção de se arranjar (...) Precisa-se de dedos cueras no manejo do pinho e do Fordson para rasgar fecundando os terrenos aráveis dos peitos e dos chãos deste país".

Mário era impregnado daquele "instinto de nacionalidade" de que falou Machado de Assis, o que o aproxima - e muito - dos ideais generosos da época em que viveu. Intelectual engajado, sua atuação é ampla. Nos anos 30, transforma-se num brigador empenhado nas transformações das estruturas culturais do país. Depois de colaborar no planejamento da reforma da Escola Nacional de Música, em 1931, seria absorvido por dois grandes projetos culturais. No primeiro, como chefe do Departamento de Cultura da cidade de São Paulo, entre 1935 e 1938 durante a gestão do prefeito Fábio Prado, colocou em prática uma série de idéias para melhor conhecer o povo e democratizar a cultura. É neste período que surgem a discoteca pública, as bibliotecas itinerantes, o registro musical do folclore, os parques infantis, concertos para



trabalhadores no Teatro Municipal. Delineiam-se os projetos da Casa de Cultura e realiza-se o I Congresso de Língua Nacional Cantada. "Mesmo servindo diretamente ao estado burguês, Mário não racionaliza e não sufoca a crítica, tanto quanto alcança causas e estruturas", analisa Telê Ancona Lopez, pesquisadora do IEB/USP e profunda conhecedora da obra de Mário de Andrade. "Tenta, de fato, abrir, na medida de suas forças, as brechas possíveis para seu projeto nacional e popular, tendo sempre na mira a questão da cultura nas condições particulares brasileiras".

No segundo, criou e implantou o SPHAN (Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional). Como assistente técnico para a região de São Paulo e Mato Grosso, percorreu o litoral, os arredores e a cidade de São Paulo recenseando o que havia de importante em bens patrimoniais. Desses trabalhos resultaram estudos de nosso passado colonial, como os textos sobre a capela de Santo Antônio e sobre Embu, Itu, etc.

O grande projeto do Departamento de Cultura, que para Paulo Duarte era a vida, paixão e morte de Mário de Andrade, foi cortado pelo meio com o advento da ditadura do Estado Novo, em 1937. Mário, então, se exila no Rio de Janeiro por três anos. "A sua expulsão do Departamento de Cultura foi uma sentença de morte", escreveu o amigo Paulo. "Mário suicidou-se aos poucos, matou-se de dor, revolta e angústia. Esse suicídio, consciente ou inconsciente, apressou-se no Rio, num ambiente de abandono".

Para o jornalista e escritor Humberto Werneck, que já anda pesquisando a vida e obra de Mário para elaborar uma profunda biografia do autor da *Paulicéia Desvairada*, a importância de Mário de Andrade tem resistido não só ao passar do tempo como

A Classe Operária



aos embates do provinciano *flaflu* da cultura brasileira, no qual parece ser inadmissível gostar-se ao mesmo tempo de Chico Buarque e Caetano Veloso. "No caso de Mário, não tem faltado quem tente apegar-se a ele para engrandecer outro imponente monumental, Oswald de Andrade... como se Oswald precisasse disso", diz. "Resta, para esses militantes, o constrangimento de constatar que a obra-prima da antropofagia proposta pelo autor de *Serafim Ponta Grande* acabou sendo escrita, não por um oswaldino, mas por seu suposto adversário, com *Macunaíma*".

Mário de Andrade, de quem neste ano comemoramos o centenário de nascimento, certamente incomoda porque deixou a marca inconfundível da sua inquietude, da sua sensibilidade, da sua humanidade e da extrema lucidez em vários campos de ação intelectual. "Pensou a cultura brasileira como essencialidade. Para nos dar consciência do nosso ser - no mundo enquanto povo no passado, no presente e, sobretudo, no futuro", definiu o poeta José Paulo Paes.

Artista múltiplo, Mário tinha, porém, uma unidade: a consciência ética que lhe avassalava o espírito. Neste momento em que a cultura da razão cínica, do "é dando que se recebe", do "levar vantagem em tudo" indigna grande parte da população, o exemplo de ser moral de Mário de Andrade nos ilumina.

* é jornalista e escritor. Publicou *Sabor da Química*, *Crônicas da vida operária*, entre outros livros. Atualmente, dá os retoques finais em seu próximo livro, o romance *Diziu*, e dirige o Centro de Documentação e Memória Departamento de Patrimônio Histórico da Eletropaulo.

CDM

Memória